



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

THIAGO ESTEVAM BORGES LIMA

**INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA VISTA A PARTIR DAS RELAÇÕES
POLÍTICAS E ECONÔMICAS ENTRE: BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA**

**FORTALEZA
2011**

THIAGO ESTEVAM BORGES LIMA

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA VISTA A PARTIR DAS RELAÇÕES POLÍTICAS
E ECONÔMICAS ENTRE: BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências do Departamento... da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino.

FORTALEZA
2011

THIAGO ESTEVAM BORGES LIMA

INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA VISTA A PARTIR DAS RELAÇÕES POLÍTICAS
E ECONÔMICAS ENTRE: BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA

Monografia apresentada ao Curso de Ciências do Departamento... da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jakson Alves de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Josênio Camelo Parente
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Ms. José Estevão Machado Arcanjo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Sou eternamente grato a três familiares, são eles: o meu tio, José Alves, por ter me ajudado nos momentos cruciais; a minha irmã querida, Maria Ileana Borges Lima, por ter sempre estado ao meu lado mesmo morando no sudeste do país; o meu irmão, Antônio Freire Lima Filho, que sempre me deu apoio para estudar.

Agradeço ao Prof. Estevão Arcanjo e ao Prof. Josênio Parente por aceitarem tão, prontamente, o convite para fazer parte da minha banca.

Agradeço muito ao meu orientador, Jakson Aquino, por ter tido paciência com os diversos problemas que atrasaram a minha defesa.

Minha mais sincera gratidão para com os meus amigos, a família que me foi permitida escolher. Agradeço aos amigos da Ciência Política: Gleyton Cordeiro, Felipe Levi Oliveira Nogueira, Jamile Tajra e Nayane Sousa. E não poderia deixar de lembrar da “galera do poste” que sempre esteve presente nos meus melhores e piores momentos, são eles: Felipe Gomes e Chico de Oliveira Alves Filho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO E RECORTE EMPÍRICO	10
1.1 Recorte teórico	10
1.2 Recorte empírico	13
CAPÍTULO 2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL E O PENSAMENTO CEPALINO	17
2.1 Antecedentes históricos da integração na América do sul	17
2.2 Pensamento Cepalino	21
CAPÍTULO 3 A CONJUNTURA DE BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA	25
3.1 Brasil	25
3.2 Colômbia	29
3.3 Venezuela	34
CAPÍTULO 4 AS POTENCIALIDADES E IMBRÓGLIOS PARA A INTEGRAÇÃO VISTAS A PARTIR DOS TRÊS PAÍSES E AS INFLUÊNCIAS DA CONJUNTURA EXTERNA NA INTEGRAÇÃO	39
4.1 O Plano Colômbia e a presença militar dos EUA na América do Sul	39
4.2 A aproximação da Venezuela com o Brasil e o MERCOSUL	41
4.3 A UNASUL e o amadurecimento das relações no subcontinente dentro das influências da economia internacional na região	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar a integração latino-americana a partir das relações econômicas e políticas nas interações entre Brasil, Colômbia e Venezuela. O enfoque buscado deve-se ao fato de cada um dos países ter uma representação diferenciada no contexto da sub-região: o Brasil vem assumindo um protagonismo no subcontinente desde meados da década de 80, enquanto a Venezuela vem buscando, desde meados dos anos 90, uma nova política regional, o que foi ainda mais acentuado com a eleição do tenente-coronel Hugo Chávez, a Colômbia tem a guerra civil mais longa de toda a história da América do Sul.

Usaremos como suporte teórico a teoria do realismo político para o embasamento nas relações entre estados. Uma vez que essa teoria reconhece como atores da “cena” internacional única e exclusivamente as ações de Estado, logo, a utilização dela, nesta pesquisa, possui grande relevância, uma vez que o objeto estudo são Estados.

Na sequência, faremos uma reconstrução histórica das tentativas de integração no subcontinente ao longo da história recente, procurando observar como se deram esses processos, quais as suas motivações e se tiveram algum resultado efetivo para a integração na época em que foram acordados ou se deixaram embriões para os atuais processos em andamento na região. A finalidade desse recorte em específico é ver também quais as diferenças das condições do passado para a atual situação de cada estado.

Em seguida, observaremos o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e como essa corrente influenciou toda uma geração de pensadores latino-americanos. E como ela conseguiu criar uma série de conceitos-chave para compreender a realidade do subcontinente, fazendo várias inovações teórico-metodológicas, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento da América Latina nos aspectos da indústria, do comércio intra-regional, de questões estruturais e sociais.

Inicialmente, faremos uma reconstrução histórica dos três países, buscando compreender os fatos mais marcantes das suas histórias e que podem ter relevância no plano externo regional. E a partir daí, começar a entrar na lógica de funcionamento dos três ao longo de sua história, com o objetivo de compreender como se portaram esses países nas suas crises internas e quais os reflexos do passado na atualidade. Nesse sentido, pensar acerca dessas problemáticas pode nos fazer entender alguns posicionamentos atuais.

Faremos, então, uma análise das potencialidades envolvidas na integração dos países estudados, bem como os possíveis impasses provenientes dessas interações. Nessa lógica, veremos se há um eixo de integração possível de ser construído a partir desses três países ou se as controvérsias em questão entre eles superam as possibilidades de entendimento.

A partir dessas problemáticas, observaremos a influência externa nas tentativas de integração na região na atualidade, mais especificamente, nos últimos 20 anos, e veremos como tal influência modifica os diálogos pró-integração, seja de forma positiva ou negativa, buscando entender como reagem os países em questão no estudo diante dessas influências externas.

CAPÍTULO 1 – RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO E RECORTE EMPÍRICO

1.1 Recorte teórico

A principal teoria que utilizarei para analisar o objeto que proponho neste trabalho é o realismo político, que por ter diferentes vertentes, merece uma explicação detalhada. São várias as teorias que procuram dar conta do estudo das relações internacionais, contudo, selecionei para este estudo o realismo político. Esta corrente de pensamento surgiu como uma alternativa viável, ao pensamento idealista, e tem como seus principais teóricos Edward H. Carr e Hans Morgenthau.

A distinção entre o pensamento realista e o idealista parte do pressuposto de que as relações internacionais não estão sujeitas a restrições de base moral – como pensam os idealistas – mas baseadas no equilíbrio de poder entre as diferentes nações. Nesse sentido, o paradigma predominante nas relações internacionais no período entre guerras (1919-1939) caracterizava-se por adotar postulados baseados em princípios éticos e morais, compreendendo o mundo como sendo uma sociedade em uma busca constante pela paz entre as nações. Enquanto o Realismo está no plano *do ser*, o Idealismo fica no mundo do *dever ser*. Quem primeiro fez essa contraposição entre Idealismo e Realismo foi Edward H. Carr em *Vinte Anos de crise: 1919-1939*, em que ele afirma: o Idealismo político seria, no tocante às relações internacionais, uma fase infantil da ciência política (CARR, 1981).

A teoria realista tem suas raízes na análise política desenvolvida nas obras de autores como Thomas Hobbes e Maquiavel. Os realistas políticos descrevem a arena internacional como sendo semelhante ao estado de natureza descrito por Hobbes na sua obra *Leviatã*. Nesta, impera a anarquia e o caos, os participantes do jogo político não podem contar com nada além de suas próprias forças e por isso faz-se mister a figura do soberano (*Leviatã*) como guardião do contrato social e, portanto, materializador da instância política. O conceito de estado de natureza em Hobbes é imprescindível para se compreender os contornos e implicações da sociedade internacional no mundo atual. Vemos seguir esta lógica Bedin (2004, p. 100):

[...] a grande lição de Thomas Hobbes para a teoria das relações internacionais: a sociedade internacional configura-se como uma situação que pode ser designada de estado de natureza, de estado de guerra constante de todos os estados contra todos os estados, em que o uso da força e o recurso à violência é um instrumento legítimo na defesa dos interesses nacionais, definidos a partir de uma política de poder e de uma visão estratégica da segurança individual de cada país no cenário internacional.

Maquiavel era outro teórico que via a política como ela era e não como deveria ser. Sua principal contribuição foi: seu trabalho de construção do alicerce da reflexão política moderna, isto é, o seu trabalho no sentido da libertação da esfera política diante dos postulados morais e religiosos construídos ao longo de mais ou menos mil anos.

Assim, foram fixadas as bases para que possamos ter um melhor entendimento acerca do realismo. Destaco aqui duas concepções de realismo: a de Edward H. Carr e a de Hans Morgenthau. O primeiro compreende que o conceito de realismo seria algo menos preso, o conceito é mais dialético, pois para Carr a crença de que o pensamento realista não é normativo – não estaria baseado em valores, portanto, seria a mais pura realidade – é insustentável, uma vez que a própria aceitação dos postulados realistas como sendo infalíveis acaba por torná-los conceitos ideais a se seguir, a “utopia do real”.

Mas, ainda segundo Carr a grande importância do realismo deve-se ao fato de ele não subestimar a política de poder como núcleo das relações entre estados, contrariando o pensamento idealista, que segundo o referido autor foi um dos principais fatores para a crise internacional de 1919 a 1939, pois, toda a paz que estava estruturada na harmonia e mediação de conflitos entrou em colapso com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Segundo Carr, isso ocorre pelo fato de o idealismo ser incapaz de conceber um mundo com conflitos e acreditar que todas as nações possuem uma grande predisposição pela busca da paz. Mas, Carr (1981, p. 91) não acredita na infalibilidade do realismo, vejamos quando ele diz:

[...] não podemos, como medida final, encontrar um lugar de descanso no realismo puro; pois o realismo, embora logicamente esmagador, não nos dá as fontes de ação que são necessárias até mesmo para o prosseguimento do pensamento. Com efeito, o próprio realismo, se o atacarmos com suas armas, frequentemente se revela, na prática, como tão condicionado quanto qualquer outra forma de pensamento.

Para Morgenthau (ano), o realismo é um conceito mais fechado e altamente eficaz na resolução dos conflitos internacionais. Para ele, existem três formas de se fazer política internacional que são as seguintes: a política de defesa do *status quo* (que consiste na defesa da ordem atual para se conservar o poder e evitar mudanças para que ele não seja diminuído), a política *imperialista* (significa que a nação que defende tal política tem a sua política externa voltada para uma maior aquisição de poder) e a política de *prestígio* (essa é uma política externa mais baseada em rituais diplomáticos que visam demonstrar o poder que o país possui para, desse modo, manter o poder que o país possui ou ampliá-lo).

Morgenthau (ano) vê, no realismo, a teoria capaz de solucionar os conflitos mundiais. Para ele, o equilíbrio de poder funciona como limitador do poder nacional e é o melhor instrumento no cenário internacional capaz de trazer paz e estabilidade, mas reconhece que ele não é absoluto, é necessário o estabelecimento de regras éticas, respeito à opinião pública mundial e efetividade das normas jurídicas internacionais.

Podemos concluir aqui que tanto Carr (ano) como Morgenthau (ano) reconhecem limitações na teoria realista, e apesar de eventuais diferenças é possível perceber as semelhanças entre as concepções. Vamos aqui fechar alguns conceitos para que possamos prosseguir nessa investigação. Os realistas acreditam que para conseguir seus objetivos os estados podem utilizar de todos os meios disponíveis, inclusive, a guerra, desde que os ganhos superem as perdas.

Para os realistas, o único agente legítimo nas relações internacionais são os estados soberanos. Qualquer outro participante dessas relações só tem legitimidade se esses estados lhe conferirem essa condição. Mesmo os organismos supranacionais como a União das Nações Unidas - (ONU), a OEA ou o MERCOSUL não conseguem impor suas decisões aos seus afiliados se esses não reconhecerem a legitimidade desses organismos. A exceção a este fato é se tal decisão for apoiada por um estado mais poderoso. Neste caso, a determinação será imposta pela força, não do organismo que a propôs e sim do estado que apoiou tal decisão. Na teoria realista, os estados só reconhecem a legitimidade dos organismos supranacionais na medida em que esses os beneficiam.

No realismo político, não há garantias de que um estado cumprirá seus acordos quando esses lhe são desfavoráveis. Deve ser preocupação constante de um estado não se tornar dependente de outro. Se para evitar essa condição for necessária a revisão ou suspensão de acordos assinados, isso, provavelmente, será feito. Assim, para que usar a teoria realista – que vê o mundo totalmente dividido, com cada nação, buscando os seus interesses em detrimento de todas as outras coisas – para visualizar um objeto de estudo acerca da integração de países? O que pretendo é adotar o pensamento realista para poder analisar as relações entre os estados em questão nesta pesquisa que, a saber, são: Brasil, Colômbia e Venezuela.

Uma vez que para alguns autores a realidade de integração política e econômica que ocorre em muitos países nos dias atuais seriam a prova da falência do realismo, como

utilizar justamente ela para tentar compreender essa nova dinâmica? Carr (1981, p. 126-127) já falava das possíveis trocas do poderio bélico pelo poderio econômico. Vejamos:

Uma reflexão final pode concluir este esquema sumário sobre o uso da arma econômica como um instrumento de poder político. A substituição da arma militar pela arma econômica – que Marx chamou de substituição de canhões por capital – é um sintoma não tanto de moral superior como o de força superior.[...] no que concerne ao Extremo Oriente, o primeiro ministro, na mesma época, ressaltou que quando a guerra acabar, e começar a reconstrução da china essa reconstrução possivelmente não poderá ocorrer sem algum auxílio nosso. A crescente força dos Estados Unidos no comércio e nas finanças internacionais foi, de toda forma, uma das razões que permitiram ao governo dos Estados Unidos abandonar sua prática tradicional de desembarcar fuzileiros nos territórios de repúblicas latino-americanas recalcitrantes, e adotar “a política da boa vizinhança”.

Esse é o mote teórico que utilizarei para dá suporte ao trabalho, as pressões e vantagens econômicas que os países buscam ter – no caso da primeira – e as que eles querem evitar – no caso da segunda.

1.2 Recorte empírico

O objeto desta pesquisa consiste em observar como ocorre a integração sul-americana vista a partir das interações entre Brasil, Colômbia e Venezuela, e tal observação se pautará sobre os aspectos econômicos e políticos. É possível falar de outros aspectos que têm muita relevância para a referida integração – a integração jurídica ou a integração social personificada, por exemplo, no Parlamento do Mercosul - (Parlasul) – porém para contemplar as pretensões deste trabalho, deter-me-ei nos dois aspectos citados primeiramente. Tal recorte tem abrangência suficiente para englobar os objetivos do estudo.

Assim sendo, buscarei a partir desses vieses ver como tal integração ocorre de fato, entender a partir dessa ótica como se deu ao longo do tempo, e dá-se, atualmente, o processo de integração regional visto a partir das boas possibilidades e dos imbróglis da interação entre os países em questão para, desse modo, perceber os entraves e as potencialidades que podem existir para se efetuar uma integração efetiva no subcontinente.

Nesse contexto, a busca pela compreensão da integração regional no continente sul-americano a partir desses pressupostos de forma estática dá-se pela complexidade do tema integração que é permeado de particularidades que não nos permite mostrar de forma fechada esse mesmo processo, que é altamente dinâmico, uma vez que são diversos interesses em jogo e a tensão entre os países para a realização de seus interesses acaba colocando dificuldades no processo. Por isso, ao longo do trabalho, buscarei sempre enfocar os aspectos políticos e

econômicos na busca do entendimento do objeto estudado, e as digressões históricas que farei ao longo do estudo têm também o mesmo enfoque.

Antes da observação dos aspectos políticos e econômicos, para enriquecer o objeto, procurarei fazer uma reconstrução histórica das tentativas de integração ao longo do século XIX (período em que se deram os processos de independência na América da Latina) e XX. Nessa busca, poderemos encontrar as raízes do que vemos hoje na pauta da integração regional. Desse modo, considerar os antecedentes históricos é amplamente necessário para observar como foram construídos os processos e os diálogos acerca da integração ao longo do tempo.

O objetivo central, nessa digressão histórica, não é ver como se deram as tentativas de integração ao longo do tempo, mas sim verificar os seus padrões e significados na época em que foram concebidas e quais suas influências para formação de um bloco regional nos dias de hoje.

É importante também compreender a influência do pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – (CEPAL) para entender qual era a concepção de integração ao longo da segunda metade do século 20, uma vez que essa comissão foi de extrema importância na formulação de uma corrente teórica cujo objeto era o desenvolvimento da América Latina e pelo fato de desenvolvimento do subcontinente ser o seu objeto, a CEPAL buscou entender o desenvolvimento do mercado interno, o desenvolvimento industrial e da agricultura e buscou ver qual seria o papel da integração regional na busca de um fortalecimento da região diante das economias mais poderosas do planeta.

Desse modo, “resistir” às pressões nas relações com a União Europeia - (UE) e os Estados Unidos e ter um maior peso nas discussões da Organização Mundial do Comércio - (OMC), enfim um peso que esses países teriam de forma integrada seria muito forte, e se comparado ao seu potencial individual de cada país, é ainda mais notório o poder que se poderia ter. Seguindo essa lógica, a CEPAL traça como fundamental para o desenvolvimento do bloco um mercado interno regional ampliado e a ser protegido das economias centrais.

Veremos adiante as influências do pensamento cepalino para as concepções da integração no continente, uma vez que tal pensamento exerceu forte influência nas concepções teóricas acerca da integração regional no Cone Sul.

Dentro ainda da apreciação do enfoque político e econômico, vamos observar a conjuntura interna de cada um dos três países e suas respectivas tendências ao processo de integração regional, sejam positivos ou negativos.

O Brasil vem investindo muito fortemente nessa perspectiva integrada do Cone Sul, uma vez que nas últimas duas décadas vem investindo em diálogos pro-integração, e no governo Lula, contribuiu para a solidificação do Mercosul, ajudou a criar a União de Nações Sul-Americanas - (UNASUL) e o Conselho de Defesa Sul-americano, apoiando fortemente a entrada da Venezuela no Mercosul, todas essas ações visaram a constituição de um bloco na região.

Nesse sentido, o Brasil vem tentando a integração pela via de vários canais, seja ele o Mercosul – que representou o primeiro processo com ganhos efetivos de integração na região sul-americana – seja pela UNASUL que é um canal novo (e mais pragmático) ou até mesmo do diálogo entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações, que seria uma espécie de mercado comum da região dos Andes.

A Colômbia possui uma conjuntura mais difícil para um processo de integração continental, uma vez que vive uma situação de guerra civil, desenvolvendo conflitos com um inimigo que tem partes do território colombiano sob o seu domínio e é uma ameaça constante ao estado democrático de direito.

Por conta dessa questão dos narcoguerrilheiros, a influência Norte Americana no país acaba sendo outro grande empecilho a integração, uma vez que por acordos entre os dois países há a presença de tropas Americanas em bases na Colômbia, presença militar essa que incomoda os países vizinhos e dificulta a situação interna e a integração colombiana na região.

No que se refere à Venezuela, as perspectivas para a integração são mais viáveis, pois, na fuga da influência americana, esse país vem buscando uma diversificação das suas parcerias. Nessa lógica, Hugo Chávez (presidente venezuelano desde 1999) vem promovendo uma aproximação com os países da região e, em 2006, oficializou o interesse da Venezuela em ser membro pleno do Mercosul.

Para conseguir esse objetivo, é necessária a aprovação no congresso de cada um dos países membros que são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Tendo conseguido a aprovação nos parlamentos de Argentina, Brasil e Uruguai, restando somente a aprovação no congresso paraguaio para a efetivação como membro pleno.

Uma possível faceta negativa para a construção da integração regional a partir da via venezuelana seria a natureza conflituosa do presidente Chávez, por ele adotar o tom de confronto em suas atuações políticas (atuações essas que se percebe claramente que são endereçadas ao seu eleitorado como um meio de estar constantemente se promovendo) acaba por gerar desconfianças entre os atores regionais.

Outro ponto muito importante para se analisar nos fatores de integração são os processos de formação de blocos no mundo e até mesmo países que sozinhos representam grandes blocos econômicos (EUA e China) e, desse modo, ver como essas grandes potências ameaçam economias menores e desprotegidas com o seu poderio econômico e político e ver a partir dessa ótica se esse seria um fator fortalecedor do processo de integração.

A partir da análise desses fatos, poderemos construir um quadro de observação capaz de dar conta do objeto em questão e com esse quadro montado, teremos uma visão panorâmica das possibilidades de integração na América Latina.

CAPÍTULO 2 – ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL E O PENSAMENTO CEPALINO

2.1 Antecedentes históricos da integração na América do sul

Os antecedentes históricos que buscaremos para compreender melhor a integração na região são aqueles ocorridos a partir do século XIX após as lutas de independência, pois foi a partir desses fatos que os países da região deixaram de ser apêndices das metrópoles para serem, realmente, países com soberania.

Porém, do ponto de vista econômico, a independência da América Latina não rompeu os laços que prendiam as economias coloniais à Europa. Esses países continuaram como exportadores de matéria-prima e importadores de produtos industrializados europeus. Nesse sentido, a independência que se tinha era a política, em que os novos governos orientavam-se no sentido de excluir a participação popular, pois, a política era privilégio exclusivo das elites e isso até mesmo nos casos em que a participação popular tivesse sido importante no processo de independência.

A independência da América espanhola deu-se em um contexto de crise de sua metrópole que sofria com as invasões napoleônicas e afundava no caos. Sem um comando central vindo da Espanha, as suas diversas subdivisões coloniais na América começaram a reagir de forma independente, de início, esperando o retorno da ordem na metrópole, e a posteriori, acostumando-se com a ideia de governar-se, o que ocasionou uma situação de guerra por parte dos espanhóis realistas (fieis à metrópole) e a população local (espanhóis nascidos nas colônias – chamados de *criolos* - que queriam a independência, índios, pardos e negros), desse modo desenvolveram-se as guerras pela independência na América Hispânica. É a partir desse processo político que a inserção desses países no contexto internacional começa a modificar-se, pois, com a quebra do monopólio da metrópole em questões comerciais, abrem-se novos cenários e novas possibilidades para essas ex-colônias – atuais países soberanos – no palco internacional. No caso brasileiro, fazendo algumas ressalvas - principalmente no modo como foi conseguida a independência, sem guerras, um desligamento “negociado” com Portugal – o efeito do seu desligamento com a metrópole portuguesa ocasionou efeitos muito semelhantes aos ocorridos nas ex-colônias espanholas. E isso tudo acontecendo em um contexto de expansão de mercados impulsionada pela revolução

industrial inglesa e, no decorrer do século XIX, em outros países da Europa continental (BETHELL, 2001).

É nesse contexto em que se darão as primeiras tentativas de integração no subcontinente. Após a independência dos países sul-americanos, existia um grande temor de que as antigas metrópoles tentassem recolonizar as antigas colônias e essa ressalva foi um dos primeiros motivadores para se pensar em integração na região. Esse princípio motivador acabou sendo incipiente na sua própria origem, pois, como afirma Vigevani (2005, p.32): “No século XIX, o elemento principal de estímulo ao discurso americanista foi a questão da defesa ante as investidas das potências coloniais.”

Nesse sentido, os projetos de integração desse período giravam em torno da preocupação comum das ameaças de reconquista das antigas metrópoles, ameaças essas que se manifestavam de tempos em tempos. Nas últimas três décadas do século XIX, a conjuntura começou a transformar-se no subcontinente. Não se pensava em uma integração efetiva, algo que seria até impensável, uma vez que, após as guerras de independência, diversas regiões do subcontinente tornaram-se países independentes e uma nova junção de todas essas colônias não era bem percebida do ponto de vista da “liberdade” recém conquistada, pois se tinha o temor de estar sob novo jugo da possível liderança que surgiria dessa nova união (BETHELL, 2001).

Esse era um período de incertezas para se pensar em integração na região, as vias institucionais estavam consolidando-se, as estruturas sociais reajustando-se e os novos países buscavam meios de inserir-se na nova ordem econômica mundial, ordem essa proveniente da revolução industrial crescente.

Após a consolidação da independência dos países latino-americanos, das vias institucionais de cada país e da sua inserção no mercado mundial, criou-se uma nova realidade na região, a presença estadunidense cresceu e, das potências europeias, a que ainda exercia influência política e econômica era a Grã-Bretanha. Nesse sentido, os Estados Unidos encabeçavam (ou pelo menos buscavam encabeçar) uma liderança decisiva para a união dos países do continente em torno dele, seria pan-americanismo sob a sua liderança. Como vai nos esclarecer Vigevani (2005, p. 34):

O pan-americanismo tem a ver com formas contemporâneas de organização internacional, nas quais prevalecem interesses econômicos, articulados com interesses de hegemonia política e estratégica, sendo, portanto, uma situação em que o tema dominante não é mais o colonialismo clássico, mas relações entre Estados independentes, ainda que em situação fortemente assimétrica. A primeira

Conferência Pan-Americana realizou-se em Washington, de outubro de 1889 a abril de 1890, com a presença de dezoito países, tendo como base de discussão a ideia formulada pelo secretário de Estado, James Blaine, em 1881, de criação de uma união alfandegária. Na verdade, tratava-se de estimular, de parte dos Estados Unidos, tratados comerciais bilaterais de reciprocidade parcial. A resistência dos países latino-americanos foi generalizada, mas o pan-americanismo surgiu formalmente a partir desse momento, passando a haver regularmente conferências, mesmo em nível presidencial, até o período da Segunda Guerra Mundial.

Nessa ótica, vemos a importância que se tinha a América Latina para os interesses imperialistas, uma vez que a Inglaterra já não estava sozinha na expansão industrial que vinha promovendo desde as primeiras décadas do século XIX – era seguida por Alemanha, França e EUA -, a concorrência por mercados consumidores começou a aumentar. Mas, dentro da América Latina, o predomínio das velhas estruturas continuava, uma vez que as lutas pela independência colocaram a aristocracia *criolla* no poder (no caso brasileiro, era bem semelhante, mas com uma aristocracia ainda mais forte, já que a independência brasileira foi totalmente feita por cima). Assim sendo, os esquemas de exploração continuavam muito semelhantes ao do período colonial e as elites só queriam manter os seus privilégios, sem preocupações com as camadas populares. E já nessa época, a capacidade de consumo era quem dizia quem eram os poderosos, as elites consumiam em demasia as manufaturas vindas da Europa (maior parte inglesas), e dos EUA importava-se quase tudo, há relatos de mercadorias estrangeiras vendidas até mesmo nas vilas do interior. As elites locais não se importavam em deixar baixíssimas as tarifas alfandegárias, não entendiam eles que permitir a concorrência praticamente livre das manufaturas estrangeiras era destruidor para a produção local, pois, era impossível disputar com os produtos bons e baratos provenientes da Era Industrial, até mesmo os melhores artesãos eram arrasados pela concorrência com tais produtos trazidos desses centros, o resultado trágico de tão aberta dependência era um só, tornava-se cada vez mais difícil para a América Latina industrializar-se (BETHELL, 2001).

Nas últimas décadas do século supracitado, o capitalismo estava entrando numa fase de evolução que se prolongou até os nossos dias, umas poucas empresas havia crescido, tanto que não só eliminaram a maioria dos concorrentes, como passaram a dominar, junto de outras grandes companhias, setores inteiros do mercado internacional, para exemplificar, basta citar as “sete irmãs” que eram no início do século XX as únicas empresas que detinham o *know how* da extração de petróleo em todo o mundo.

Desse modo, estavam lançadas as bases para o modo como se daria as relações entre a América Latina e as potências industriais até pelo menos metade do século XX, pois,

com as duas Guerras Mundiais e a grande depressão, os países que eram os grandes exportadores de produtos industrializados (EUA, as potências europeias e o Japão) ficaram sem condições de abastecer os mercados, altamente dependentes de muitos produtos industrializados, dos países sem industrialização, e foi justamente essa dependência que fez com que, na ausência desse comércio, os países do subcontinente passassem a tentar eles mesmos produzir tais produtos.

Em termos gerais, podemos dizer que as duas Guerras Mundiais e a grande depressão entre elas tiveram algum peso na acentuação do intercâmbio e cooperação entre os países da região, mesmo que de forma modesta. É nesse contexto de crise dos países desenvolvidos que se começam os diálogos de integração. A primeira tentativa de estabelecer um comércio internacional intra-americano com alguma forma de proteção específica surge em dezembro de 1933, na Sétima Conferência Pan-Americana realizada em Montevideu. Já no período da Segunda Guerra Mundial, ocorre, em Montevideu, de janeiro a fevereiro de 1941, a Primeira Conferência Econômica da Bacia do Prata, em que aprovaram-se acordos regionais entre Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nessa situação, falou-se, provavelmente, pela primeira vez, neste cenário regional, de propostas que favorecessem uma união alfandegária. Uma parte das nações andinas – no mesmo período, em que ocorreu a Conferência de Bogotá, de 1948, quando foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA) – realizou uma conferência em julho e agosto de 1948, em Quito, chamada Conferência Econômica Grã-Colombiana, da qual participaram Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela, sendo assinado um convênio para chegar ao estabelecimento de uma união econômica e alfandegária. A Carta Econômica de Quito, como ficou conhecida, foi seminal na fundamentação da integração nos debates entre os latino-americanos e introduziu também os interesses sociais na agenda da integração regional (VIGEVANI, 2005). É nesse contexto de diálogo, na região, que em meados dos anos 1940 vai surgir a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL.

A partir da segunda metade do século XX, a integração no subcontinente começa a passar do plano da “promessa” para o plano da efetivação, pois, os compromissos começam a ser efetivamente cumpridos. O Tratado de Montevideu, de 1960, cria a Associação Latino-americana de Livre Comércio - (ALALC), que tinha por meta eliminar todas as barreiras de comércio até 1980, logrou êxitos por algum tempo, mas encontrou sérias dificuldades por conta de políticas de substituições de importação e processos de industrialização por parte dos

países que estavam associados. A estagnação da ALALC, nos anos 80, levou a criação da Associação Latino-americana de Integração - (ALADI) que não produziu efeitos melhores que a associação que a precedera. Em 1969, os países andinos criam o Pacto Andino, que mais tarde, se tornará a Comunidade Andina de Nações - (CAN), que buscava o planejamento econômico e investimento industrial em conjunto, mas devida à pequena dimensão dos mercados e às rivalidades internas – principalmente após a saída do Chile – tornaram os resultados incipientes. Em 1985, Argentina e Brasil iniciam um processo de integração gradual, deixando as diferenças históricas de lado, buscava-se o entendimento nos campos político, econômico e militar, em 1991, Paraguai e Uruguai juntaram-se à iniciativa de integração, formando o Mercosul. O Mercosul apresentou ganhos no seu início e fortaleceu-se a partir de 1994, com a “ofensiva” da Área de Livre Comércio das Américas – (ALCA) que vinha sendo articulada pelos EUA e deixou os países do subcontinente cheios de ressalvas. O Mercado Comum do Sul teve seus altos e baixos desde a sua criação, com a crise cambial brasileira de 1999 e a crise argentina de 2001, o bloco perdeu “musculatura” e com a retomada do crescimento desses países, no decorrer dos anos 2000, o bloco reestruturou-se novamente. No decorrer do trabalho, aprofundaremos mais esses processos de integração, principalmente, no que se refere ao Mercosul e à CAN (DREGER, 2009).

2.2 Pensamento Cepalino

A CEPAL é uma comissão criada pela ONU com o intuito de pensar as problemáticas da América Latina (posteriormente, os países do Caribe também entraram no foco da agência) e apontar possíveis soluções para esses imbróglis que impediam o desenvolvimento do subcontinente. Na prática, os estudos da comissão contemplaram os acontecimentos ocorridos na segunda metade do século 20 e analisaram, profundamente, o período anterior a sua criação, logo, estudar o pensamento cepalino é imprescindível para se entender o que os teóricos latino-americanos pensaram acerca da sub-região, a fim de que possa ter um panorama rico dessas cinco décadas pela análise de autores que pensaram afundo os gargalos que se encontravam para a busca do desenvolvimento e como eles pensavam as formas de integração. Nesse sentido, vai nos dizer Bielschowsky:

A teorização cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-

saxão na esteira ‘ideológica’ da hegemonia heterodoxa Keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento. (1998, p. 24).

O mundo estava sob a grande influência da obra clássica de John Maynard Keynes, a saber, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, obra essa que foi escrita no momento em que o mundo passava por uma de suas mais graves crises e a implementação das teorias citadas em alguns países (os EUA com o seu *new deal* é o maior exemplo) mostrou a eficácia da teoria Keynesiana.

Mas se restringir a aplicar o viés desenvolvimentista keynesiano, na realidade, latino-americana não foi o intento dos teóricos cepalinos, eles foram além, como indica ainda Bielschowsky:

No fundo, com diferentes conceitos e maneiras de formular a questão, todos colocavam a mesma mensagem central, a da necessidade de realizar políticas de industrialização como forma de superar o subdesenvolvimento e a pobreza. A **Cepal** moveu-se admiravelmente nesse contexto. Não só tornou-se uma referência indispensável quando se falava em América Latina, como também desenvolveu uma teorização própria, na qual combinou-se de forma consistente um bom número de inovações conceituais. (1998, p. 25).

Pensando nessas problemáticas, muitas das soluções apontadas pelos teóricos cepalinos indicam vieses de integração como solução do subdesenvolvimento latino-americano, “[...] as discussões na Cepal iniciam-se em 1953 e são estimuladas por problemas reais existentes na AL, os quais se pensavam na comissão, poderiam ser ao menos atenuados por um processo de integração econômica entre os países da região.” (VIGEVANI, 2005, p. 44).

Seguindo essa lógica, via-se nos estudos cepalinos o reconhecimento da necessidade de incrementar o comércio intra-regional na América Latina e estudava-se a diminuição ou eliminação de tarifas alfandegárias. Nessa conjuntura, criou-se na CEPAL um comitê de comércio que tinha por objetivo discutir questões acerca de comércio regional e dentro desse comitê constrói-se um grupo de trabalho denominado Mercado Regional Latino-Americano. É a partir daí que entra em cena a figura de Raúl Prebisch, pois, nessa primeira fase da CEPAL, as suas concepções teóricas eram visíveis (VIGEVANI, 2005, p. 44-45). Prebisch defendia abertamente que a tecnicização da agricultura e a industrialização seriam os caminhos para a superação do subdesenvolvimento, como diz ele:

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse

esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias-primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos. A realidade, no entanto, vem-na tornando impositiva. Duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, com uma profunda crise econômica entre elas, demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial. (1949, p. 71).

Seguindo nessa mesma ideia, o autor complementa:

Quando a Grã-Bretanha demonstrou, através dos fatos, os benefícios da indústria, outros países a seguiram. Mas o desenvolvimento industrial, estimulado por uma concorrência ativa, realizou-se em favor de certas formas características de especialização, que fortaleceram um intercâmbio proveitoso entre os diferentes países. A especialização favoreceu o progresso técnico, e este permitiu distribuir receitas crescentes. Ao contrário do que ocorre quando se trata dos países industrializados frente aos países de produção primária,[...].(1949, p. 79).

Diante desse quadro, apresentava-se uma quebra de paradigma para o que se vinha pensando em nível de desenvolvimento na América Latina, pois, se pensava o desenvolvimento mais a nível local (nacional). Vemos isso claramente nos casos argentino e brasileiro, em que a integração era vista pelos Estados e por amplos setores sociais e elites como algo perigoso para o desenvolvimento nacional. Tinha-se uma crença muito forte de que a busca do desenvolvimento era possível apenas como consequência do esforço nacional e que tentar compartilhar tal intento com outros Estados Nacionais levaria todo processo à falência, os desenvolvimentistas integracionistas – em sua maioria cepalinos – argumentavam contrariamente a essa perspectiva (VIGEVANI, 2005, p. 64). É nesse contexto de divergências teóricas e políticas na questão do desenvolvimento que vai surgir um texto clássico, redefinindo as concepções que se tinha até então, esse texto seria a “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Os autores discutiram com maestria as problemáticas da região e desconstruíram os meios pelos quais se vinha fazendo análises na região e o modo como as teorias feitas nos “grandes centros” eram totalmente assimiladas pelos teóricos latino-americanos, como podemos ver na obra supracitada:

Em todo caso, a situação de subdesenvolvimento produziu-se historicamente quando a expansão do capitalismo comercial e depois do capitalismo industrial vinculou a um mesmo mercado economias que, além de apresentar graus variados de diferenciação do sistema produtivo, passaram a ocupar posições distintas na estrutura global do sistema capitalista. Desta forma, entre as economias desenvolvidas e as subdesenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição. Isso supõe, por outro lado, uma estrutura definida de relações de dominação. Entretanto, o conceito

de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno. Isso é manifestamente insuficiente. (CARDOSO e FALETTO, 1969, p. 507).

Assim sendo, Cardoso e Faletto (1969) promoveram uma quebra de paradigma do ponto de vista metodológico, mostrando que olhar para a realidade do subcontinente não poderia ser um simples exercício de se colocar teorias elaboradas em outros contextos históricos e somente aplicá-las as realidades locais, nessa lógica, era exigido um maior rigor para penetrar na raiz (ou raízes) do problema, a fim de se chegar a “soluções” mais próximas da realidade estudada.

CAPÍTULO 3 A CONJUNTURA DE BRASIL, COLÔMBIA E VENEZUELA

Vimos, no capítulo anterior, que a formação econômica, política e social da América Latina tiveram eixos centrais comuns, porém os países estudados possuem as suas particularidades e é por isso que é necessário observar o quadro interno de cada um e ver como esses desdobramentos refletem no modo como esses países atuam na esfera regional e além.

É necessário frisar que essa observação acerca das respectivas conjunturas é importante porque será através delas que perceberemos as inclinações – diretas ou indiretas - de cada nação a um processo de integração. Observaremos quais as potencialidades adicionadas por cada país em torno desse processo e veremos também as dificuldades que cada um pode apresentar na construção de um bloco. Nesse sentido, analisar as conjunturas internas e ver as inclinações que tal contexto pode trazer ao processo é imprescindível para a elucidação do objeto estudado. Analisar também a perspectiva de integração que cada país tem é de suma importância para o intento em questão, assim sendo, tentarei, no decorrer do trabalho, observar como se colocam os três países com relação às suas respectivas políticas externas em relação à região latino-americana.

Vale ressaltar que faremos essa análise a partir de uma digressão histórica das situações internas dos três países, mas retrocedendo somente até o período pós-independência, uma vez que é a partir daí que passam a existir países soberanos no subcontinente e não simplesmente territórios além-mar de alguns países europeus. O enfoque buscado nessas digressões históricas são aqueles que têm relevância no plano interno e que possuem desdobramentos que repercutem até os dias atuais e por isso devem ser observados na análise de uma possível integração entre os países sobre os quais está sendo feita a pesquisa.

3.1 Brasil

A situação de independência do Brasil foi diferente de todo o resto da América Latina e teve influência na configuração que o país foi adquirindo ao longo do tempo, por isso convém iniciar a conjuntura interna brasileira partindo de alguns anos antes do seu processo de independência.

Os exércitos napoleônicos tinham conquistado quase toda a Europa continental, somente os ingleses tinham uma resistência efetiva. Com o objetivo de atingir os britânicos na

economia, Napoleão decretou, em novembro de 1806, o Bloqueio Continental. Tal fato histórico teve importantes desdobramentos para o Brasil. Dom João, príncipe regente português, encontrou-se, a partir do Bloqueio, em uma difícil situação: de um lado era ameaçado pelo poderoso exército francês e por outro tinha que honrar a sua aliança com os ingleses, pois, em caso contrário, seriam atacados por eles também. Diante desse dilema, a opção escolhida pelo príncipe foi a de abandonar o território português e levar a família real e a sede do governo português para o Brasil, que era o maior domínio colonial de Portugal, a joia da coroa. Quando D. João e toda a família real portuguesa desembarcaram no Brasil, em 1808, a colônia transformou-se em sede do governo imperial português, paradoxalmente, deixava a sua situação de colônia para ser o coração do império. Assim, começava os caminhos para a independência brasileira. Poucos dias depois da sua chegada às terras do Brasil, o príncipe regente português assina o seu primeiro decretoescrito na Bahia, em janeiro de 1808, a carta régia determinava a abertura dos portos do Brasil a todas as nações amigas, foi a primeira medida oficial do príncipe regente. A mudança de sede do governo português para o Brasil trouxe uma máquina de Estado para uma região que há bem pouco tempo era um simples apêndice da coroa portuguesa. Para conseguir lidar com os gastos da corte e toda a máquina estatal altamente dispendiosa, D. João criou uma série de ministérios, tribunais, cartórios e ainda, em 1808, fundou o Banco do Brasil. Cada vez mais, o príncipe regente teve que resolver vários conflitos de interesse entre os lusitanos e os brasileiros, as tensões entre esses dois lados só iria crescer. Em 1815, Napoleão foi derrotado na Europa e, no congresso de Viena, o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e a Algarves, mais um passo rumo a emancipação. Em abril de 1821, D. João VI e sua corte partiram para Portugal, devido às pressões da corte portuguesa e D. Pedro ficou como forma de não desagradar as elites brasileiras que entendiam perfeitamente que o retorno do agora Rei D. João VI e de seu herdeiro D. Pedro seria, na prática, a volta do Brasil à condição de colônia, o que poderia gerar uma situação de guerra imediata. O que acabou acontecendo, as hostilidades entre brasileiros e lusitanos era crescente, com a volta de D. João, a corte portuguesa queria recolonizar o Brasil, o que não foi aceito e chegou-se a ter alguns confrontos pontuais e, em 7 de setembro de 1822, D. Pedro declara formalmente a separação entre Portugal e Brasil e recebe o título de imperador e agora aclamado como D. Pedro I, desse modo efetiva-se a monarquia como forma de Estado a vigorar no país. A monarquia brasileira foi fundamental para arregimentar a unidade nacional e consolidou o território nacional coeso – também se

utilizou de repressões aos movimentos separatistas para conseguir tal feito – mesmo com as proporções continentais que tinha. E essa coesão veio a ser fator imprescindível para se compreender o protagonismo brasileiro na região (BETHEL, 2001).

Do ponto de vista da inserção internacional, o Brasil não se diferenciava muito do resto dos países da América Latina, era um exportador de produtos primários e importador de manufaturas e depois importador de produtos industrializados, e com grandes latifundiários em todo o território, acabou sendo um dos últimos países do mundo a acabar com a escravidão. Mesmo com o advento da república, em 1889, não houve muitas mudanças na estrutura social ou econômica, foi um movimento feito por cima, liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca.

Essa configuração durou até a queda da República Velha em 1930, quando se começou uma política efetiva do Estado, visando à industrialização. Pode-se ainda argumentar que o papel do capital cafeeiro foi fundamental, porém seu processo criou uma industrialização incipiente, mas ainda assim, seminal. Como nos diz acerca desse assunto Suzigan (1996, p. 7):

Uma ação mais persistente e crescentemente articulada, deliberada e abrangente tendo em vista a industrialização começa de fato nos anos 30. Mas apenas na segunda metade dos anos 50 atinge-se um grau de coordenação (política e de agentes econômicos, instituições, instrumentos e políticas auxiliares) que se aproxima de uma política industrial *lato sensu*.

Nos anos 50, especificamente, no segundo mandato de Getúlio Vargas, começou-se a formação de uma base institucional de planejamento para a industrialização. Com essa base, o governo Kubitschek elabora o Plano de Metas, a primeira experiência de planejamento industrial de fato para o desenvolvimento industrial como elemento preponderante em uma estratégia ampla de desenvolvimento econômico. Nos anos 60, a crise, do início da década, e a crise política posterior com a imposição de um regime autoritário paralisaram o planejamento do desenvolvimento industrial, que os próprios militares tratariam de retomar entre 1968-1973, que ficou conhecido por “milagre econômico” (SUZIGAN, 1996, p. 8).

Complementando as lógicas de transformações, ao longo dessas tentativas de industrialização, Suzigan afirma (1996, p. 15):

A economia política da política industrial nos anos 80 continuou a atuar no sentido de extrair renda do Estado. E a este interessava manter o *status quo* do ponto de vista da política de ajuste macroeconômico para combater os efeitos internos da crise internacional decorrente da elevação dos preços do petróleo e dos juros internacionais em 1978-1980.

Com as novas mudanças que ocorreram ao longo dos anos 80, o Brasil começa a buscar uma reforma do Estado, iniciando logicamente pelo processo de redemocratização no meio da década e com a promulgação da constituição cidadã em 1988.

Brasil e Argentina deixam de lado uma rivalidade histórica e passam a cooperar, a relação, a partir de 1985, assume um caráter totalmente pragmático, superando décadas de receios recíprocos e por iniciativa de Buenos Aires, os presidentes dos dois países iniciam um processo de integração econômica totalmente fora dos esquemas multilaterais, mas apoiando a parceria na complementaridade entre as economias (VIGEVANI, 2005).

Ao longo da década de 90, o Brasil vai fechar os acordos que criam o Mercosul e vai promover uma reestruturação liberalizante como ocorreu em toda a América Latina, no caso brasileiro produziu um grande choque de capitalismo, em que muitas empresas – em sua maioria elefantes brancos – foram privatizadas e outras conseguiram sobreviver a tal choque, embora se possa criticar algumas irregularidades de uma ou outra privatização, o resultado concreto foi simples: o país deixava para trás os erros cometidos, principalmente, na década de 80 – também chamada de década perdida – e entrava forte na nova doutrina mundial, praticamente, uma modernização forçada para que o Estado se adaptasse em poucos anos à nova realidade mundial.

No decorrer dos anos 2000, Lula seguiu a política econômica de FHC, porém dando maior ênfase a programas sociais – isso no plano interno – enquanto que no âmbito externo, será intensificada a integração regional e o diálogo sul-sul – e procurando por acordos e negócios com outros países subdesenvolvidos – como eixo estruturante da atuação brasileira internacional.

Nesse sentido, podemos dizer que o Brasil é estável, mesmo com a grave crise de 2008/2009, a política econômica adotada pelo governo é considerada um sucesso diante de tal crise e esse sucesso transforma-se em respaldo internacional. Outro componente importante dessa pouca penetração da crise é a diversificação que o Itamaraty buscou (e busca) na política externa, tal diversificação evitou um efeito dominó quando a crise explodiu nos EUA, pois, como a economia brasileira não estava tão atrelada à americana, ela sentiu menos os efeitos da crise (diferentemente de México e Chile que tinham diversos acordos acerca de taxas alfandegárias que fazia com que as suas produções fossem vendidas aos EUA), nessa linha, a valorização da política externa Sul/Sul (procura de acordos políticos e econômicos

com países periféricos) e a busca por uma integração Sul-americana são, sem sombra de dúvidas, razões que podemos ter como extremamente favoráveis à integração regional.

O Estado brasileiro, nas suas relações internacionais, desde as suas origens, é baseado no diálogo entre as partes (a negociação “acima de tudo”), salvo raríssimas exceções como a guerra do Paraguai, o Brasil sempre resolveu seus problemas externos de maneira diplomática, e isso acaba ajudando na construção do país como um mediador. No próximo capítulo, aprofundaremos o assunto.

3.2 Colômbia

A Colômbia é de longe a mais difícil conjuntura interna dos três países analisados, pois, desde os primórdios da nação, que ela sofre com graves problemas internos e a divisão social também era – e permanece do mesmo modo até hoje - grande. A velha dicotomia entre Liberais e Conservadores que é tão característica da América Latina, na Colômbia, tomou ares muito mais singulares, havia, realmente, uma divisão da população entre as duas frentes políticas. Para termos uma melhor visão desse quadro, vejamos o que diz Castro (2009, p. 22-23):

Os dois maiores partidos políticos da Colômbia, o Conservador e o Liberal, foram fundados nos anos 40 do século XIX. Desde então, a sociedade dividiu-se radicalmente entre os dois agrupamentos, que incluíam membros de várias origens sociais, como as elites econômicas, a classe média e pobre do campo e das cidades. A lealdade a um ou a outro partido se tornou um fator definidor de identificação social, muitas vezes hereditário. Por mais de 30 anos no século XIX, a Colômbia foi palco de conflitos civis armados, que culminaram com a Guerra dos Mil Dias (1899 - 1902), na qual morreram dezenas de milhares de colombianos. O conflito contribuiu para que, no ano de seu término, a Colômbia perdesse parte de seu território, com a independência do Panamá.

No início do século XX, após o término da Guerra dos Mil Dias, a Colômbia teve um período de quatro décadas de paz. De 1885 a 1930, os conservadores dominaram a política nacional até 1930, quando os liberais assumiram o poder com um programa modernizador e atendendo as demandas sociais que os conservadores vinham postergando. Os liberais ficaram no poder até 1946 – o período de 1930 a 1946 foi chamado de República Liberal – e com a sua saída do poder, a Colômbia entrou em um período tortuoso de sua história, tal momento ficou marcado, na historiografia da nação, como *La Violencia*. Com duração de 11 anos – de 1946 a 1957 – essa guerra civil foi o terceiro maior conflito civil nas Américas – superado apenas pela Guerra Civil nos Estados Unidos e pela Revolução Mexicana – no qual morreram

100.000 pessoas nas mais baixas estimativas. O conflito iniciou devido a derrota dos liberais para os conservadores nas eleições de 1946 e ganhou mais força com o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán, que foi o estopim para o acirramento das tensões entre liberais e conservadores. Os conservadores detinham o comando sobre o governo e as forças armadas e ainda criaram grupos armados de camponeses – paramilitares – e os liberais, por sua vez, criaram grupos guerrilheiros. As hostilidades tiveram grande reverberação no campo, tal clima no campo contribuiu para a formação das guerrilhas de esquerda após o fim do conflito. Em 1958, os liberais e conservadores foram para a mesa de negociação e criaram a Frente Nacional, que encerrou com *La Violencia*, mas se preocupou apenas com modernização e industrialização, esquecendo-se das reformas sociais – demandas por democracia que, na prática, minava todo o *status quo* que se tinha até então, prática clientelista dominantes, grupos lobistas de comerciantes, grandes latifundiários dominando a política econômica e a ausência do Estado em vastas áreas do território nacional – o que acabou sendo um chamariz para que parcelas insatisfeitas da população não abandonassem as armas. Enquanto os liberais e conservadores dividiam o poder nas bases firmadas no pacto da Frente Nacional, amplas camadas urbanas e, sobretudo, rurais estavam insatisfeitas com tal partilha do poder, uma vez que estavam à margem da institucionalidade estatal e essa insatisfação estimulou a formação de grupos guerrilheiros. Vale ressaltar que esse viés “belicoso”, faz parte da experiência histórica colombiana, sua forma de fazer política pelas armas e isso ocorria em resposta ao tratamento conferido pelo poder central ou pelo partido dominante na esfera local, essa prática foi – e está sendo – altamente corrosiva para o tecido social colombiano. Nesse contexto de guerra civil e diversas lutas armadas ao longo de décadas, a Colômbia definhava, a partir dos anos 60, as guerrilhas liberais criadas na época de *La Violencia* que não abandonaram as suas armas, deram origem às guerrilhas de esquerda com outras perspectivas além da simples tomada do poder, começava-se a pensar na derrubada do sistema econômico e social, pois, ao lado dos problemas domésticos tinha-se também a influência da conjuntura latino-americana e mundial, a Guerra Fria e o triunfo da Revolução Cubana e das tentativas de “exportá-la” para outros países. Das organizações guerrilheiras contemporâneas, a primeira a formar-se foram as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em setembro de 1964, seguia orientação marxista-leninista e tinha as suas origens mais primitivas nas guerrilhas liberais nascidas nos anos 40, era integrada por facções do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e por liberais radicais. A lógica das FARC era a autodefesa e a colonização armada baseada em

culturas de subsistência, um movimento camponês que nasce, originalmente, como reação à violência oficial e à repressão militar, em áreas em que o Estado não era presente de forma permanente. Ocorre que nas áreas em que eles se estabeleceram eram regiões muito propícias para o cultivo da plantação de coca, e com o crescimento intenso dos mercados de consumo da droga no início dos anos 80, a droga acabou sendo o meio mais imediato e rentável para o financiamento da guerrilha. O contato dos antigos grupos liberais com os comunistas levou à introdução da disciplina e da organização desses nos grupos guerrilheiros de viés esquerdista, especialmente, as FARC (CASTRO, 2009).

Para agravar o conflito, nascem os grupos armados de direita, pois com reação estatal não sendo capaz de desbaratar os grupos guerrilheiros, os grandes proprietários de terra começam a organizar-se com a conivência do Estado para formar grupos de “defesa”, tais grupos são a semente que originará nos anos 90 as Autodefesas Unidas da Colômbia. Nesse sentido, esclarece-nos Leongómez (2006, p. 98):

Essa permissividade no tocante aos grupos paramilitares foi um dos piores equívocos já cometidos pela elite colombiana. [...] um governo perde legitimidade se permite o advento de grupos organizados com disciplina militar, cujo talento é empregar a violência para finalidades políticas. Tais grupos têm a propensão de ser mais e mais autônomos, bem como desenvolver sua própria ideologia e propósitos e, em geral, são refratários aos governos democraticamente eleitos.

Acrescenta ainda sobre o mesmo assunto Castro (2009, p. 26-27):

O aumento do narcotráfico e o fortalecimento do poder da guerrilha criaram as condições para o desenvolvimento, em larga escala, de um fenômeno antigo na Colômbia: o paramilitarismo, as milícias armadas à margem do Estado, mas com relações com seus agentes, especialmente do poder local. Nascidos nos Departamentos do Norte, como Córdoba e Bolívar, ligados a traficantes e grandes proprietários, os paramilitares expandiram suas atividades para todo o país e contam com células urbanas.

Com o crescimento da demanda internacional por drogas ao longo dos anos 80, a Colômbia inseriu-se cada vez mais dentro desse processo, e a “indústria narcótica” colombiana estava posta, e não só os guerrilheiros como os paramilitares utilizavam o comércio das drogas para financiar as suas atividades.

Nesse contexto de crescimento do consumo mundial de entorpecentes dos anos 80, os peruanos e bolivianos, que antes simplesmente passavam as folhas de coca para os territórios sob o comando das FARC na Colômbia, passaram a plantar e refinar eles mesmos a droga, e as FARC, por sua vez, exerciam um poder de Estado nessas regiões em que estava

alojada e o conteúdo ideológico da guerrilha começa a declinar diante de tanto Poder adquirido, acerca dessas questões, afirma Castro (2009, p. 30):

Com o aumento da procura, peruanos e bolivianos passaram também a processar a coca, e os colombianos começaram a plantá-la para o comércio. Houve migrações de milhares de famílias da montanha para a parte norte da Amazônia, para cultivar a planta, sob proteção de traficantes que comprovam a produção. As FARC já estavam na maioria dessas regiões e tornaram-se o governo de fato, taxando produtores, traficantes, transportadores e lojistas. O poder gerado pelo tráfico de drogas penetrou nas instituições estatais e na guerrilha, que viu esvaziado seu conteúdo ideológico e a legitimidade de suas reivindicações frente à maioria dos colombianos, em razão de extorsões e sequestros.

A guerrilha não tem força suficiente para tomar o poder, mas tem a capacidade de desestabilizá-lo, logo o impasse está formado, não toma um status de aniquilação do Estado, mas de uma ameaça constante por parte dos diversos grupos armados.

O governo controla a economia formal e as relações exteriores, legitima-se pelo fato de estar no poder pelas vias democráticas, diferentemente do que propõe a guerrilha, dispõe de forças armadas e policiais muito mais bem equipados do que a guerrilha e controla territórios bem mais extensos do que os que estão sob o domínio desta. Porém, o Estado não é capaz de liquidar a guerra no curto prazo e não há quem garanta no longo também, em suma, a vitória absoluta não é possível para nenhum dos dois, logo não é sensato acreditar única e exclusivamente na possibilidade de solução armada. Quando se dimensiona o número de pessoas que estão com as mãos em armas em algum dos grupos que agem além do poder estatal, que são por volta de 40.000, e o tamanho da população colombiana, que passa dos 43 milhões, observamos o que as armas desses grupos minoritários podem fazer na inviabilização estatal (CASTRO, 2009). Nessa lógica, as proposições são as mais variadas possíveis para resolver o problema, Leongómez (2006, p. 126) vai propor cuidado até na classificação das guerrilhas, para não inviabilizar o diálogo com as mesmas, vejamos:

Caso a sociedade colombiana opte pela tentativa de derrotar militarmente os movimentos guerrilheiros, bem como pelo desarmamento dos grupos paramilitares, classificá-los como guerrilheiros (de esquerda ou de direita) ou terroristas torna-se algo irrelevante; se, por outro lado, optarmos pela busca de uma saída negociada, será indispensável manter a cabeça fria e conservar uma linguagem adequada para um processo de paz que, em última análise, traduz-se como um processo de negociação política entre atores políticos.

Há, por outro lado, um temor por parte do povo colombiano e por parte dos países vizinhos, de que a ideologia esteja sumindo do conflito e tenha ficado apenas o lucro das drogas no grande mercado mundial e assim a situação desejada por aqueles que fazem parte

do conflito seria o “eterno empate”, pois assim poderão continuar com as plantações de coca e manter o seu lucro. Acerca desse questão, esclarece-nos Leongómez (2006, p. 151):

O narcotráfico tem sido um formidável combustível para a guerra interna. Estará a transforma-se, de modo gradativo e imperceptível, em motivação última do conflito? No que tange a alguns grupos paramilitares, a resposta seria afirmativa, pois alguns de seus líderes regionais se transformaram em verdadeiros ‘senhores da guerra’, para quem a guerra de contra-insurgência é uma simples fachada a ocultar um engajamento total no negócio do narcotráfico.

O conflito interno colombiano acentuou ainda mais os inúmeros problemas que havia no país, se antes as FARC tinham por objetivo a distribuição de renda, dignidade e educação, acabou vendo cada vez mais distante essas possibilidades. Segue no seu argumento Leongómez (2006, p. 192):

A análise do impacto econômico do conflito armado colombiano é contundente: longe de haver gerado uma dinâmica positiva para a resolução dos inúmeros problemas que afligem nosso país, o confronto interno contribuiu para agravá-los. Se a guerrilha surge na década de 1960 com o objetivo de lutar contra a pobreza, a má distribuição de renda e as imperfeições das instituições democráticas, o saldo de tal processo é hoje, no entanto, profundamente deletério; [...] Nascida no clamor da Revolução Cubana e inspirada pelo Exemplo de Che Guevara, a guerrilha foi para milhares de jovens uma aposta – a única efetivamente revolucionária, na perspectiva dominante no ambiente cultural daqueles anos – na libertação do país das misérias do subdesenvolvimento; quatro décadas mais tarde, contudo, o balanço a ser feito é extremamente negativo: a luta armada, que foi um sonho para milhares de colombianos, converteu-se hoje num dos piores legados para a nossa sociedade.

Portanto, Leongómez (2006, p. 244) irá apontar algumas soluções para que se possa intervir no conflito de maneira a conseguir alguma solução efetiva e não só simplesmente o seu prolongamento. Ele dirá:

Um conflito armado deve ser dirimido simultaneamente no plano militar e na esfera política. A democracia colombiana precisa demonstrar-se forte em ambos os aspectos, e na medida em que um triunfo militar definitivo é improvável na Colômbia, é mister também compreender que a superioridade militar do Estado deve ser tão-somente um meio, um instrumento capaz de patrocinar uma saída política negociada para o conflito interno que assola o país.

Leongómez (2006, p. 263) acrescenta ainda:

O cenário estratégico colombiano mudou radicalmente nos últimos anos. Entre 1994 e 1998, aproximamo-nos de uma situação similar à salvadorenha; ou seja, a guerrilha lançou as bases de um ‘equilíbrio militar’. Todavia, no esteio de seu enfraquecimento progressivo a partir de 1998, estamos caminhando para um cenário ao estilo guatemalteco, isto é, um contexto no qual, apesar da derrota estratégica da guerrilha, sua permanência ao longo do tempo está afetando gravemente as potencialidades econômicas do país, assim como a vigência das instituições democráticas e a coesão do tecido social. Frente a esta *guatemalização* do cenário

estratégico colombiano, é mister prosseguir no fortalecimento do Estado e das instituições encarregadas da segurança e da justiça; não obstante, também é preciso ter em mente que nosso conflito só terá uma saída definitiva através da mesa de negociações.

3.3 Venezuela

A Venezuela vem passando, ao longo do governo Chávez, por mudanças na sua estratégia de política externa, ao longo do século XX, a Venezuela manteve-se em uma situação de isolamento quanto aos seus vizinhos sul-americanos e Chávez vem modificando essa política e buscando uma maior integração, primeiramente, através de acordos bilaterais (principalmente, com Bolívia, Equador e países caribenhos), e a entrada de Venezuela no MERCOSUL. A motivação de Venezuela para querer a integração sul-americana é bem clara: evitar a dependência norte-americana. Em entrevista à revista Carta Capital número 378 (de 01/02/06), Chávez disse:

“A Venezuela era colônia dos EUA até a apenas cinco anos, sobretudo pelo petróleo. O petróleo e as grandes reservas energéticas que a Venezuela tem, que são das maiores do mundo. E eles mantinham a Venezuela colonizada, manipulavam a estratégia e o recurso petrolífero, energético e gasífero”.

Exageros à parte, pois, creio que o termo colonização é inapropriado para o modo como são articuladas, atualmente, as políticas imperialistas, vemos que a Venezuela visa, na integração regional, um meio de sair da zona de influência estadunidense e, dessa maneira, evitar uma grande dependência em relação a este. Na mesma entrevista citada acima, Chávez respondeu o seguinte quando foi perguntado acerca da possível morte da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA: “Eu digo que sim, está morta. E eu disse isso na Cúpula de Mar Del Plata: ‘Aqui está à tumba da ALCA’. A ALCA está enterrada.”

O exacerbado discurso esquerdista do presidente Chávez tem embasamento na forma como ele chegou ao poder, para alguns um ditador e para outros um herói. Sem entrar no mérito dessas questões, vamos analisar, nas próximas páginas, como se deram os acontecimentos ao longo de pouco mais de 100 anos e os seus desdobramentos até a chegada dele ao poder.

A Venezuela foi da independência – nas primeiras décadas do século XIX – até o início do século XX, uma economia rural, exportadora de produtos primários, como todos os outros países da América Latina, a sua fisionomia econômica começa a modificar-se com as exportações de petróleo, que já aparecem em suas estatísticas de comércio exterior em 1918 e

já, em 1927, o petróleo era o principal produto de exportação do país, chegando a ser o maior exportador mundial em 1929. O predomínio do petróleo influenciaria todo o comércio exterior venezuelano ao longo das próximas décadas, os rendimentos do comércio petrolífero levaram a Venezuela a dar pouca importância aos vizinhos – comércio intra-regional, integração e etc (PESOA e NOGUEIRA, 2004).

Essa superioridade em relação aos vizinhos, advinda do petróleo, tornou a Venezuela “auto-suficiente” e com uma riqueza tão grande foi fácil dividi-la entre as elites. No plano interno, foi feito, em 1958, o *Pacto de Punto Fijo*, que estabelecia o revezamento das elites sociais no poder, e no que se refere ao plano externo, a Venezuela colocava em prática a *doutrina Betancourt*, que fixava uma diretriz rígida para a atuação com os vizinhos do subcontinente, o país só reconheceria governos provenientes de eleições realizadas com base em regras constitucionais. Tendo a segurança do petróleo – no plano econômico – e a democracia – no plano político – a Venezuela acabou produzindo uma forte autoconfiança que, paradoxalmente, proporcionou orientações externas que a levaram ao isolamento regional. Nesse mesmo sentido, também contribuiu para esse isolamento as frustrações de não terem conseguido exercer o protagonismo regional a partir de sua riqueza econômica e “espiritual”, pois, acabaram esbarrando em obstruções e boicotes – sobretudo dos países que estavam sendo dirigidos por ditaduras, como, por exemplo, o Brasil - de vizinhos não tão “espirituosos”, sobretudo do ponto de vista da democracia (CERVO, 2004).

Em meados dos anos 60 até o início dos 80, a percepção venezuelana começou a modificar-se quanto a temas econômicos da integração. Mas mesmo buscando diálogos no subcontinente, ela não o fazia de forma efetiva, a letargia do Pacto Andino deve-se em uma boa parte a falta de interesse da Venezuela. A alta nos preços internacionais do petróleo ocorrida, no início dos anos 70, beneficiou a projeção dos interesses políticos do país na América Latina e, mais uma vez, surgiu o anseio de liderança na região. Porém, a crise econômica dos anos 80 fez com que a Venezuela revisse a sua ação na esfera internacional, pois, a crise gerou recessão no mundo todo e com o encolhimento das economias houve também uma grande queda nos preços do petróleo no mercado mundial, fazendo com que os venezuelanos tivessem um “choque de realidade” e se concentrassem, verdadeiramente, sobre a dimensão regional e iniciassem uma aproximação com o Brasil, buscando um adensamento da cooperação política e econômica. No início dos anos 90, o país fez parte da mudança de paradigma que se instalava através do novo reordenamento mundial impulsionados por novos

parâmetros políticos advindos da globalização. Houve uma rápida internalização de alguns pacotes de medidas com uma orientação liberalizante, bem dentro dos moldes indicados pelo Fundo Monetário Internacional - (FMI) e pelo Banco Mundial, e aplicadas no segundo mandato de Carlos Andrés Pérez. A aplicação de tais medidas acabou gerando uma grave crise de instabilidade que levou ao impedimento do presidente Pérez em 1993. Esse impedimento foi antecedido por duas tentativas de Golpe de Estado e, em uma delas, figurava o então tenente-coronel Hugo Chávez Frías, dentro de alguns anos, seria eleito presidente pelo sufrágio universal. Rafael Caldera chegava à presidência em 1994 e ensejaria na diretriz internacional venezuelana um importante processo de atualização, que acabou levando a uma maior aproximação com o Brasil devido a uma linha estratégica que visava “minar” a ambição de Washington de liderar a constituição de uma Área de Livre Comércio das Américas - (ALCA). Na sucessão presidencial de Rafael Caldera, em 1998, venceu um “outsider”, Hugo Chávez Frías, quebrando o “sistema político” estabelecido desde o *Punto Fijo*, em que o socialdemocrata Acción Democrática - (AD) e o democrata-cristão Comitê de Organização Política Eleitoral Independente - (COPEI), rompendo a lógica do acordo desde os seus princípios, já que Chávez não tinha, na sua base de campanha, ligação com nenhuma das duas forças. Com esse “desprendimento” em relação às velhas estruturas, Chávez chegou ao poder vindo uma nova configuração política, diferindo da política consolidada nos 40 anos anteriores, ele procura afirmar novas orientações no âmbito interno e externo (LESSA, 2004).

Nesse sentido, o presidente Chávez começou a mexer com as estruturas estanques do país, promovendo uma reestruturação das instituições e da distribuição da riqueza, sobretudo do petróleo. Sem sombra de dúvidas que tal ação no plano interno causou descontentamento nas elites tão acostumadas com o jogo de poder anterior que lhes era benéfico, acerca dessa nova configuração na distribuição de renda no país, diz Izaías Almada (2007, p. 54-55):

O que predominou até agora foi a ganância e o desinteresse. Como nos países árabes, o petróleo venezuelano distribuiu mal a sua renda e não industrializou o país, apesar de algumas tentativas nesse sentido. E muito menos fez os frutos dessa riqueza chegarem ao povo. Pode-se dizer que o petróleo na Venezuela serviu a Deus e a Mamom, pelo menos até soprarem os novos ventos da Revolução Bolivariana. De fator puramente econômico, divisor de águas entre a abundância e a miséria, a batalha do ouro negro ganha – particularmente após a Greve dos anos 2002/2003 – contornos ideológicos legítimos em defesa da soberania Nacional.

As rendas adquiridas pela Venezuela com o petróleo e a estabilidade democrática proporcionada pelo *Pacto de Punto Fijo* poderiam ter sido fatores de grande utilidade para o crescimento econômico e industrial, e ainda para distribuir renda, porém não foi conseguido isso, é neste processo que Chávez começa a utilizar o petróleo não só para distribuir os benefícios sociais entre os venezuelanos, mas para uma nova estratégia na política exterior, começa a ser montada a partir da utilização comercial diferenciada do ouro negro em termos regionais. Sobre esse tópico, vai dizer Almada (2007, p. 56):

Até agora, tudo indica que o governo democrático e popular sob o comando do presidente Hugo Chávez aposta muitas de suas fichas na mudança dessa situação, intervindo na PDVSA e colocando-a a serviço de uma estratégia econômica voltada exclusivamente ao interesse do país e de uma política de integração regional, caribenha e sul-americana, em que o homem (o cidadão) e não apenas o lucro passa a ter maior relevância.

A Revolução Bolivariana promovida por Chávez gera desconfiança no subcontinente, uma vez que o principal promotor de tal a revolução é um militar – que inclusive já tentou um golpe de Estado seis anos antes de ser eleito – e os principais quadros dentro do governo são também militares, acerca disso, diz-nos Almada (2007, p. 112):

Uma das particularidades da Revolução Bolivariana é que se pode afirmar ser uma revolução impulsionada por uma vanguarda saída das Forças Armadas, de um Exército que se separa da oligarquia e se afasta da tradicional doutrina de segurança nacional. Todos sabem o que isto significou para o Brasil, por exemplo, para todo o Cone Sul. Significava perseguição, violação dos direitos humanos, todo um desenho executado pelo imperialismo, pela Escola das Américas, em West Point, para servir as oligarquias de nossos países.

Essa Revolução veio para tentar recuperar o tempo perdido pela Venezuela na conjuntura interna e externa ao longo de décadas. Conseguir uma distribuição da riqueza convincente, criar um parque industrial capaz de impulsioná-la em uma nova inserção internacional, perder a dependência total em relação ao petróleo – para evitar o efeito sanfona, quando os preços estão elevados (crise mundial do petróleo no início dos anos 70) e quando os preços despencam (as transformações estruturais que o mundo passou pela década de 80) – diversificando a economia, e diversificando até mesmo os clientes para quem seria vendido o ouro negro, pois como a maioria da produção concentra-se no mercado norte americano, quando eles entrarem em recessão, o país ficaria sem comprador. Enfim, foram colocadas em prática diversas medidas que visavam melhorar a economia venezuelana, trazer as conquistas sociais para a população e “remediar” os erros do passado ou pelo menos não cometê-los mais.

O novo modelo implantado com a Revolução Bolivariana, de 1999, buscava reforçar a soberania nacional, fomentar a integração regional e modificar a lógica de diálogo que o país teve no plano internacional durante quase todo o século XX.

A ascensão de Chávez ao poder fez com que muitas tradições na política externa venezuelana fossem quebradas, porém os poucos avanços conseguidos nos anos 90 foram mantidos quando a temática era a integração regional. A Carta Magna, de 1999, busca a consolidação estratégica da integração regional e isso como preceito constitucional orientador da ação internacional da nação, tal qual acontece na Constituição Brasileira de 1988, no parágrafo único do artigo 4º. Entre as referências mais impressionantes estão a busca pela autonomia internacional, a desconfiança com relação às hegemônias e necessidade de se construir a unidade latino-americana de forma que se obtenha o equilíbrio político e militar que torne a região menos vulnerável. A nova inserção internacional da Venezuela está pautada em projetos de união, visando à independência regional em conjunto com a nacional. Ao longo do governo chavista, vai havendo um distanciamento gradual em relação ao bloco andino, uma vez que o bloco vinha perdendo força com as sucessivas violações de acordos e postergações de compromissos e uma aproximação com o Cone Sul era vislumbrada, até que, em abril de 2001, há o anúncio oficial da intenção da Venezuela de associar-se ao Mercosul, tema que aprofundaremos no próximo capítulo (LESSA, 2004).

Observamos que a última década do século passado e a inicial desse foram bastante promissoras para o diálogo da integração entre Venezuela e Brasil, assim sendo, o contato entre os dois países pode representar um divisor de águas para a integração do subcontinente, no próximo capítulo, ao analisarmos o potencial envolvido nesse eixo de integração, teremos dimensão da importância desse novo elo.

CAPÍTULO 4 AS POTENCIALIDADES E IMBRÓGLIOS PARA A INTEGRAÇÃO VISTAS A PARTIR DOS TRÊS PAÍSES E AS INFLUÊNCIAS DA CONJUNTURA EXTERNA NA INTEGRAÇÃO

Objetivamos, com este capítulo, encontrar as possibilidades reais de integração na região latino-americana, bem como os possíveis entraves que podem ser empecilho para a execução da mesma. Nesse sentido, observaremos o que há nas relações entre os três países que pode ser considerado para fins de integração e o que pode ser considerado como impasse para ela.

Em outro prisma, procuraremos observar quais são as influências da conjuntura internacional nas relações entre os três países e como isso pode vir a ser positivo ou negativo para um processo de integração na região.

4.10 Plano Colômbia e a presença militar dos EUA na América do Sul

O Plano Colômbia é um plano que visa a erradicação dos cultivos de coca na Colômbia através de medidas de cunho social, econômico e militar. Ele foi anunciado, em 17 de setembro de 1999, de forma preliminar e aprovado pelo congresso dos EUA em julho de 2000.

O Plano prevê a ajuda militar, financeira e logística dos EUA, o que acaba por gerar algumas ressalvas por parte dos países vizinhos, principalmente, no que se refere à ajuda militar, pois essa ajuda tem a ver não só com questões de treinamento do exército colombiano e doação de equipamentos mais sofisticados para um melhor enfrentamento da guerrilha, mas tem também a presença militar dos EUA no território colombiano, com tropas e bases aéreas. Por conta dessas questões, o Plano Colômbia foi alvo de várias críticas, tais como: enfoque militar exagerado; ausência da dimensão social dessa crise, falta de uma perspectiva regional (e isso poderia expandir a crise para os vizinhos do conflito); assistência militar que em vez de liquidar a guerra poderia acirrá-la ainda mais e com isso aumentar a crise; o fechamento dos canais de diálogo com os insurgentes. Em suma, poderíamos dizer que os resultados reais do Plano podem ser muito diferentes dos previstos (CASTRO, 2009). Nesse sentido, a contribuição de tal Plano para que se tenha uma certa sensação de insegurança na região é

grande e por isso acaba sendo um fator de desestabilização, como dizem Junior e Nobre (2010, p. 268):

Descendo da abstração para a realidade, constata-se que a situação da América do Sul não é homogênea. Após a “pacificação” do Cone Sul, a sub-região andina torna-se o principal epicentro de conflitos na América do Sul e a Colômbia joga um papel fundamental nessa transformação. Ao vivenciar o conflito armado mais longo da América do Sul, a guerra civil colombiana caracteriza-se como um “conflito diabólico”, no qual os autores envolvidos são o governo e uma força não governamental. Configuração tradicional de uma guerra civil, esse conflito tem feições cada vez mais “intermísticas”, extrapolando as fronteiras daquele país. Além de sua dimensão transnacional, o embate armado entre o Estado e grupos narcoguerrilheiros tem feições de uma guerra irregular, ou seja, um conflito assimétrico, no qual um dos atores utiliza táticas e meios heterodoxos no intuito de vencer o adversário. Na condição de país fronteiro, a Colômbia pode ser considerada uma expressiva fonte de insegurança para o Brasil.

Inicialmente, o Plano tinha várias medidas para dar conta da problemática colombiana, na prática – e após os ataques de 11 de setembro – o plano tem um forte caráter militar, nessa mesma linha, dirão Junior e Nobre (2010, p. 271-272):

O “pacote” não surgiu com o objetivo de militarizar a luta contra o tráfico na Colômbia. Diferente disso, o plano indicava incluir outros setores de segurança, como o social e político, este último representado pela ênfase nos direitos humanos. Em suma, seria um “plano para a paz, prosperidade e fortalecimento do Estado”. Entretanto, ao longo do tempo, o Plano concentrou suas ações no engajamento armado. Em sua gênese, um montante de 76% dos recursos era voltado para a área social, mas, após os ataques de 11 de setembro em Nova Iorque, o plano sofreu acentuada militarização.

Essa militarização excessiva no Plano acaba gerando uma situação de desconfiança na região. Cria-se um ciclo pernicioso para o ambiente regional, uma vez que a Colômbia tem um alinhamento da sua política externa com os EUA, é certo que enquanto durar a crise, permanecerão as tropas norte-americanas na região. Essa característica de alinhamento aos americanos é uma característica antiga, pois, os norte-americanos no passado foram os maiores compradores das exportações colombianas, basicamente os produtos primários, e em especial, o café. E essa ligação tornou-se tão forte no decorrer do tempo que, nos anos 50, a Colômbia foi o único país da América Latina a enviar tropas à Guerra da Coreia. As elites colombianas têm uma predileção por esse alinhamento, uma vez que ele garante mercados e apoio às suas posições regionais dentro da Colômbia. Quando falamos de interação regional, o distanciamento em relação ao Brasil e ao Mercosul é latente, na Colômbia reina um certo desconhecimento sobre o Brasil, seguidas por desinteresse e desconfianças também. No que se refere à integração regional, a Colômbia é bem cautelosa,

tem interesse em desenvolver a Comunidade Andina de Nações - (CAN) e tem uma grande aceitação pela ALCA. Desde os anos 80, que o Brasil vem desenvolvendo uma boa penetração no mercado colombiano, mas que de toda forma vem sendo incipiente, pois, a Colômbia – em especial os seus empresários – prefere mais uma aproximação com os EUA do que com o Brasil, uma vez que as exportações bilaterais têm sido na ordem de 40% e 1% em média, respectivamente (CASTRO, 2009).

Tendo as explanações anteriores como base, vemos que a crise interna na Colômbia, bem como o seu alinhamento político histórico, possui um viés que gera uma situação de desalinhamento em um plano de integração na região, pois, uma vez que ela está na CAN, apenas de forma “figurativa” – e não toma atitudes de fato para fortalecer o bloco – tendo bons olhos para com a ALCA, acaba se tornando difícil pensar na sua inserção no subcontinente.

4.2 A aproximação da Venezuela com o Brasil e o MERCOSUL

A Venezuela vem modificando a sua lógica de integração desde meados da década de 80. Aparentemente, a busca por novos mercados para o seu grande produto de exportação, o petróleo, foi um grande motivador para essa mudança de horizonte.

A necessidade fez com que os dois países vissem, na relação bilateral, possibilidades de benefícios mútuos. Para exemplificar, basta citar o exemplo da questão da integração energética, em que os planos resultaram, espontaneamente, de necessidades percebidas por um grupo de especialistas dos dois países. As estatais EDELCA e ELETROBRAS negociam contratos desde 1993, com base nesses estudos dos especialistas em questões energéticas. Os cursos fluviais da Venezuela oferecem grandes possibilidades de fornecimento de energia elétrica para a região norte do Brasil. O primeiro contrato para a construção de uma linha de transmissão de energia foi firmado pelos presidentes Rafael Caldera e Fernando Henrique Cardoso (CERVO, 2001).

Mesmo com os diálogos avançados entre os dois países, não se tomavam medidas para uma integração mais efetiva. Chávez defendia essa união. Tanto isso é verdade que é um dos princípios constitucionais da República Bolivariana:

La República promoverá y favorecerá La integración latinoamericana y caribeña, en areas de avanzar hacia La creación de una comunidad de naciones [...] podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, El ejercicio de las

competencias necesarias para llevar a cabo esos procesos de integración y unión com Latinoamérica y El Caribe, La República privilegiará relaciones com Iberoamérica, procurando sea una política comum de toda nuestra América Latina [...] (*apud*, LESSA, 2004, p. 162).

A constituição brasileira possui um dispositivo semelhante no Artigo 5º e Parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

Tendo a integração regional como princípio constitucional, era inegável que a Venezuela, realmente, buscasse uma integração. Do ponto de vista econômico, é muito perceptível, uma vez que tendo uma aproximação efetiva com o MERCOSUL – um bloco que possui mais de um trilhão de dólares de PIB atualmente – é uma boa maneira de desprender-se da dependência do mercado norte americano. Mesmo em seus discursos esquerdistas, Chávez manifesta seu interesse em entrar para o bloco, e as críticas que faz do discurso não são colocadas nas vias de discussões institucionais que são buscadas nos canais de integração como afirma Arieche (2009, p. 87):

No primeiro dos discursos de Chávez como chefe de estado, em 1999, o governo já manifestava seu interesse em aproximar a Venezuela ao MERCOSUL, primeiro como membro associado e logo como membro integral. A aproximação do país ao Mercado Comum se consolidava, ao mesmo tempo em que a voz do governo venezuelano era cada vez mais sonora. Dentre os pronunciamentos atribuídos à instituição regional, existem aqueles caracterizados por criticarem fortemente a organização, com comentários como: “O MERCOSUL, assim como a CAN, está ferido de morte, por ter nascido no berço do neoliberalismo. Deve, portanto, deixar de existir como tal” (La República, 2006, s.d.). Porém, dentro das Cúpulas presidenciais do bloco, a Venezuela tem procurado diminuir o tom, oferecendo propostas de integração regional que, mesmo estando juntas de uma insinuação ideológica, estão longe de um tom de exigência.

Ainda na mesma linha da afirmação anterior e expandindo as possibilidades da integração regional, prossegue Arieche (2009, p. 88):

Além da integração política, a Venezuela também propõe a integração social, cultural e formalmente propôs um Pacto Militar ou exército do MERCOSUL, chamado por alguns como OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) do Sul, na procura de uma organização de defesa, fusionando as Forças Armadas dos 11 Estados-membros. Junto com esta sugestão, em algumas oportunidades, ainda antes da assinatura do Protocolo de Adesão, o presidente Chávez vinculou o MERCOSUL à sua procura de consolidar o ideal do libertador Simón Bolívar: a conformação de uma Confederação de Nações Unidas no âmbito político, econômico e social.

A aspiração por uma integração em todos os aspectos mostra o quanto essa união é buscada pela Venezuela, em entrevista à revista Carta Capital número 378 (de 01/02/06), Chávez disse:

Hoje falamos, inclusive, da integração militar da América do Sul. Eu venho dizendo há anos. Mas era um louco solitário, era o diabo. E todo mundo fechou a cara quando eu disse: ‘Se existe uma OTAN por que não organizamos a OTAS?’ A organização do tratado da América do Sul. Lula expressou o desejo de resgatar a indústria bélica, a aeronáutica e a naval dos três países e eu disse que estou de acordo. Os três unidos (Venezuela, Argentina e Brasil) formamos um eixo verdadeiro de integração.

E a recíproca do lado brasileiro é verdadeira, isso também pode ser percebido por meio do discurso oficial. Vemos isso na entrevista à revista carta capital número 545 (de 13/05/09), quando o então ministro das relações exteriores (atual ministro da defesa) Celso Amorim disse:

Do ponto de vista mais amplo, geoestratégico, a entrada da Venezuela vai dar uma vértebra ao MERCOSUL. Deixa de ser, no imaginário das pessoas, o mercado comum do Cone Sul para ser o mercado da América do Sul, de uma grande parte dela. Passamos a ser 80% do PIB, 72% da área e 70% da população. Politicamente também é importante ter a Venezuela perto.

A integração regional é desejada pelas partes, e embora o discurso chavista tenha um teor ideológico de uma união ampla que prime pelo social, não há como negar as diversas vantagens econômicas conseguidas a partir dessa integração, logo não é possível esquecer-se da dimensão economicista dessa relação, vejamos algumas possibilidades de crescimento dentro da integração entre os dois países e alguns ganhos já existentes e que podem vir a crescer com a efetivação da Venezuela como membro pleno do bloco do Cone Sul: o MERCOSUL adiciona hoje 25% ao Brasil em termos de potencial de mercado. Este ganho com o ingresso da Venezuela chegaria a 40%; O país possui o segundo maior saldo comercial da América Latina (US\$ 33 bilhões), depois do Brasil, mas o déficit comercial não petrolífero mais que dobrou entre 2003 e 2005; O Brasil é o 2º maior fornecedor venezuelano de automóveis; 2º de eletroeletrônicos; 3º de máquinas e equipamentos; 5º de alimentos e 6º farmacêutico; O estado de Roraima já se beneficia de energia importada da hidrelétrica venezuelana de Guri e existe espaço para vários outros projetos nesse campo, em particular associados às indústrias do alumínio e de carvão; Facilidade logística faz com que os portos do Norte e do Nordeste do Brasil sejam as principais entradas do comércio originário da Venezuela. Em suma, as possibilidades de crescimento podem ser vantajosas para ambos os

países e solidificar o bloco. Vemos ainda o grande esforço da Venezuela para entrar no bloco do MERCOSUL quando, em 2006, ao ratificar o seu pedido para ser membro pleno do bloco, ela desistiu da CAN e do Grupo dos 3 (Colômbia, Venezuela e México) (SENNES e BARBOSA, 2007). Podemos ver claramente uma opção econômica se observarmos o gráfico 1, em que mostramos uma comparação entre o MERCOSUL e a CAN, colocando os quatro membros plenos do primeiro – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – e os quatro restantes do segundo – Bolívia, Colômbia, Equador e Peru:

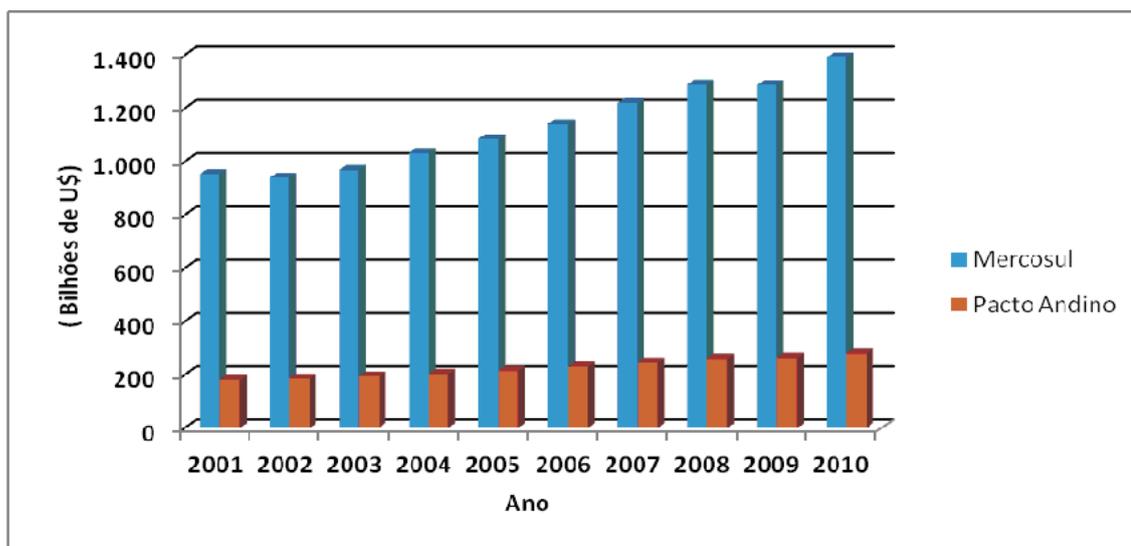


Gráfico 1- Evolução do PIB* do MERCOSUL e da CAN entre 2001 e 2010 (*) PIB a preços constantes de 2000.

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (2011).

Vemos que, em 10 anos, o PIB do bloco do Cone Sul tem uma maior capacidade de crescimento em relação ao bloco andino, nesse sentido a busca venezuelana pelo primeiro não pode ser encarada como uma busca exclusivamente política e social. Temos claramente um quadro de amplas vantagens e muitas possibilidades de crescimento mútuos, sem falar que o petróleo – grande produto de exportação venezuelana - teria mais mercados disponíveis. E por esse meio criar uma “sinergia comercial” capaz de impulsionar o consumo intra-regional.

Essa busca constante para entrar no MERCOSUL também deve ser visto pelo prisma econômico, ao invés de se pensar apenas o lado da ideologia política, pois como afirma Arieche (2009, p. 94):

Este possível afastamento dos EUA poderia ser entendido a partir do impulso que a Venezuela traz à organização, ao representar uma fonte de maior autonomia econômica - como será estudado mais adiante - ou a partir do seu discurso

altamente carregado de ideologia contra a dependência norte-americana e contra o sistema capitalista por eles liderado, o qual, vale ressaltar, não é totalmente alheio ao Cone Sul. É importante também considerar que desde a fundação do Mercado Comum existe o "embrião" do desejo por parte dos países-membros de não ser mais dependentes das dinâmicas do comércio internacional liderado pelos americanos e de conseguir, através da união dos mercados, uma maior autonomia.

E prossegue ainda Arieche (2009, p. 100), trazendo uma evolução da ideia citada acima:

Há quem acredite que como o discurso do presidente Chávez – assim como o histórico da política externa desenvolvida por seus governos – é caracterizado por um alinhamento pouco flexível, unilateral e até rude em alguns casos, a Venezuela viria a impor que o bloco abrace toda a sua ideologia. Porém, tal como se vê nos pronunciamentos do presidente nas Cúpulas dos Chefes de Estado, a verdadeira postura da Venezuela busca mais a dinamização das discussões, oferecendo sua proposta de integração política. Seria reducionista argumentar que a Venezuela exigirá um compromisso anti-americanista ou socialista no Mercosul, ameaçando com a saída do bloco. Em primeiro lugar, porque existem interesses concretos e tangíveis na adesão plena da Venezuela ao eixo do Cone Sul. Em segundo lugar, porque não seria a primeira vez que o país forma parte de uma instituição que apresenta divergências ideológicas com relação às suas (deve-se lembrar que a Venezuela com Chávez pertenceu à Comunidade Andina de Nações durante sete anos).

Observamos através das muitas explanações anteriores que as possibilidades de crescimento que o MERCOSUL ganhará com a entrada da Venezuela do ponto de vista econômico são enormes e se pensarmos que esse país é ao mesmo tempo amazônico, andino e caribenho, podemos pensar também em vantagens políticas.

4.3A UNASUL e o amadurecimento das relações no subcontinente dentro das influências da economia internacional na região

A ideia de integração, na América do Sul, começou a ganhar corpo com os diálogos entre Brasil e Argentina em meados dos anos 80, pois, nesse período, os dois países possuíam as maiores economias da região, essa aproximação fez com que eles deixassem de lado as suas diferenças históricas para iniciarem um processo de integração, tal processo já inicia-se com força, vitalidade essa que levou Paraguai e Uruguai a entrarem logo depois no mesmo processo de diálogo e assim formando o MERCOSUL.

Ao longo da década de 90, a América Latina, em geral, passava por um processo de liberalização econômica e modernização, de acordo com a nova doutrina econômica proveniente do mundo Pós-Guerra Fria e logo os países foram adaptando-se a essa nova

conjuntura. Com as crises, do final dos anos 90 e início dos anos 2000, os países da região têm um “choque de realidade” e percebem que a inserção internacional feita a partir das medidas liberalizantes tinha uma grande falha, a saber, deixava as suas economias desprotegidas perante os grandes blocos financeiros e econômicos da atualidade. Podemos ver essa tomada de consciência no caso brasileiro que busca um fortalecimento na direção de um bloco regional, como diz Silva (2009, p. 8):

O conceito e a política externa para a América do Sul foi ganhando espaço estratégico ao final do governo Cardoso, e tem sido aprofundado no governo Lula. Talvez esse seja um dos traços de continuidade mais marcantes entre os dois governos, que confere uma política de Estado de longo prazo ao projeto brasileiro e sul-americano.

Nesse mesmo sentido, vemos o próprio Fernando Henrique Cardoso – enquanto presidente da República – fazendo um artigo acerca da importância regional do MERCOSUL para uma aproximação com os demais países da região no início do século XXI, segundo Cardoso (2001, p. 10):

Na realidade, o êxito do MERCOSUL foi o que tornou possível para nós contemplar um processo mais amplo de integração sul-americana, baseado na convergência dos dois blocos comerciais sub-regionais, o próprio MERCOSUL e a Comunidade Andina, assim como no desenvolvimento de uma infraestrutura física de integração nas áreas de transporte, energia e comunicações.

Há ainda os autores que acreditam numa maior ênfase nas relações de integração no continente a partir do governo Lula, pois este colocou a integração da América do Sul como uma das prioridades da sua política externa, nessa lógica, vai dizer Santos (2005, p. 201-202):

Com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a América do Sul passou a ser apresentada no discurso diplomático como a maior prioridade brasileira. O projeto, ademais, ganhou novos contornos. As negociações econômico-comerciais foram retomadas, em novas bases, permitindo a superação dos impasses que obstaculizaram a conclusão do acordo MERCOSUL-CAN durante os oito anos do governo anterior. O reconhecimento das assimetrias entre os países sul-americanos, essencial para a superação das dificuldades nessas negociações resgatou, e aplicou na prática, o discurso de transformação da ordem internacional que havia caracterizado a diplomacia brasileira por muitos anos. A demanda por uma “nova geografia econômica” atualizou, em termos mais realistas, os fundamentos do discurso em prol da construção de uma nova ordem econômica internacional.

O processo de integração vem sendo construído ao longo de décadas, mas sem sombra de dúvidas começou a solidificar-se do final dos anos 80 para o início dos 90 e pode não ter sido uma prioridade na agenda Externa do governo FHC, mas jamais deixou de ser

parte dela. Uma constatação de fácil percepção é a importância dada pelo governo Lula na temática. Para termos uma noção da assimetria a que se refere a citação acima, vejamos gráfico 2:

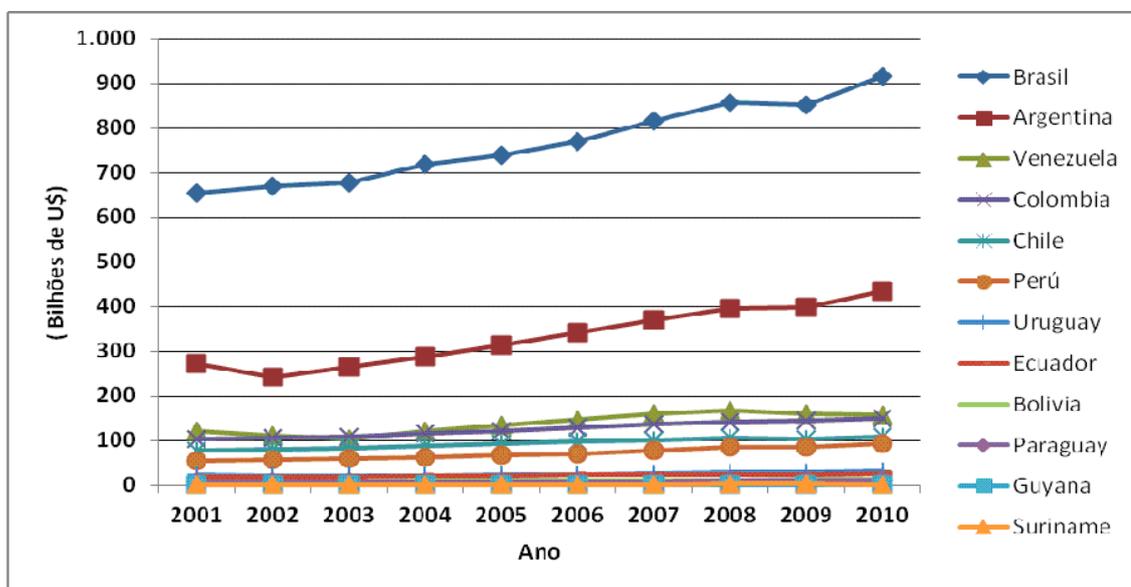
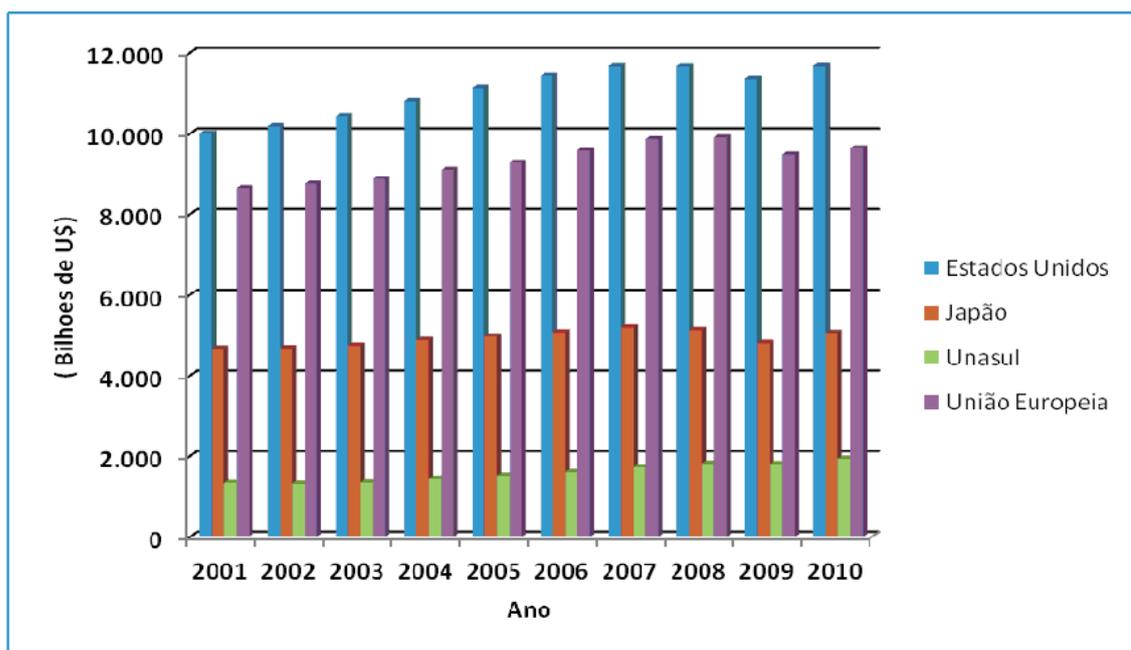


Gráfico 2- Evolução do PIB* dos Países que compõem a UNASUL entre 2001 e 2010.

(*) PIB a preços constantes de 2000.

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (2011).

Para tentar um maior fundamento na ordem econômico-financeira mundial é que se trona importante uma iniciativa como a UNASUL, esse espaço de negociações com vieses pragmáticos e tendo a formação de uma comunidade sul-americana de nações como objetivo maior dessa “frente” da integração.



A busca desse regionalismo econômico, nada mais é do que uma resposta de defesa aos problemas políticos e econômicos que se tem enfrentado nessa nova ordem mundial. Com o avanço da globalização econômico-financeiro, os países buscam aumentar a cooperação, visando alcançar uma maior autonomia, poder de barganha no plano internacional e isso na busca de seus interesses. Nesse sentido, os blocos regionais querem os benefícios de uma economia global e tem também como objetivo a defesa de sua economia interna frente aos grandes blocos econômicos externos (DREGER, 2009). Podemos visualizar essa disparidade ao observemos o gráfico 3, tendo a UNASUL em uma situação hipotética de um bloco econômico:

Gráfico 3 - Comparação entre o PIB* dos Estados Unidos, Japão, Unasul e União Europeia entre 2001 e 2010.

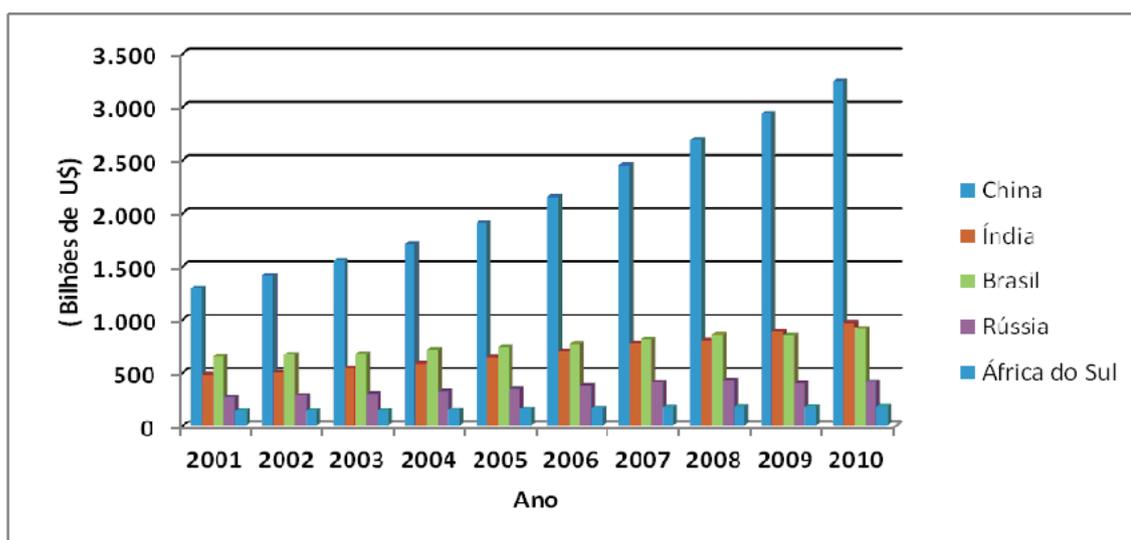
(*) PIB a preços constantes de 2000.

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (2011).

Vemos uma situação de grande diferença entre o bloco Hipotético da UNASUL e os principais blocos hegemônicos da economia internacional, não entraremos no mérito das potencialidades de crescimento acelerado em poucos anos de um possível Bloco da UNASUL, mas se todos os países unidos chegam a estar nessa disparidade em relação às grandes potências econômicas, imaginemos eles isolado. É ainda mais “opressor” até mesmo o Brasil que responde por mais ou menos metade do PIB dessa junção ainda estaria em uma situação difícil se estivesse buscando uma inserção individual na economia internacional. Seguindo nessa lógica, diz Couto (2007, p. 175-176):

Nessa linha, antes de condenar a estratégia brasileira de definição de um horizonte sul-americano para sua política externa, é importante ter em mente o papel dos Estados no esforço de construção da região, tanto na área econômica, quanto nas áreas social, cultural e científica-tecnológica. Os Estados devem reforçar seu papel de organizadores do território, atentando para a integração aos fluxos regionais e globais, que condicionam a inserção das sociedades na economia mundializada. A integração das infraestruturas é essencial nessa estratégia. Essa etapa não deve ser encarada como um fim em si mesma, mas um meio fulcral para alavancar e dinamizar um processo de construção de redes de interação regional que, coesas, têm mais condições de se lançar ao globo. Delimitado o horizonte regional do Brasil, o desafio passa a ser a própria construção da América do Sul enquanto região. Uma hercúlea tarefa que um país, a despeito do seu tamanho e importância no concerto regional, não consegue implementar sozinho. Construir e integrar a América do Sul, antes de tudo, tem que ser um desejo de todos os seus membros.

Nesse sentido, a busca tem que ser conjunta, pois diante de tão poderosos conglomerados econômicos, há que se buscar formas protegidas de inserção, podemos ver, por exemplo, numa comparação entre o gráfico 4 e o gráfico 5, a força que a UNASUL teria



entre os emergentes:

Gráfico 4 – Comparação do PIB* dos Países que formam os “BRICS” no período de 2001 a 2010.

(*) PIB a preços constantes de 2000.

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (2011).

No gráfico 4, o Brasil aparece como segundo colocado até 2008, pois, a partir de 2009, fica na terceira posição e fica muito distante de China. Já no gráfico 5, colocando a UNASUL no lugar do Brasil, o bloco passa a disputar a hegemonia dos BRICS:

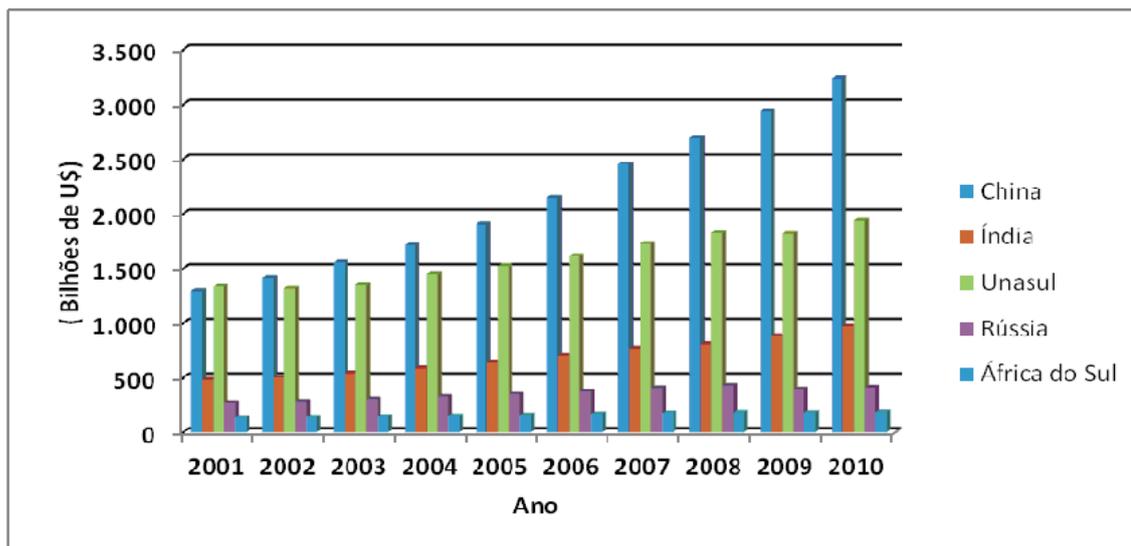


Gráfico 5 – Comparação do PIB* da UNASUL com os BRICS (excetuando o Brasil) entre 2001 e 2010.

(*) PIB a preços constantes de 2000.

Fonte: Elaboração própria com base em Banco Mundial (2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista as relações entre Brasil e Venezuela, percebemos que há, efetivamente, um eixo de integração capaz de dar uma grande musculatura ao MERCOSUL e a um processo de integração mais abrangente no subcontinente. O potencial econômico – como já vimos anteriormente – é um dos fatores que deixaria o bloco do Cone Sul ainda mais forte para inserir-se no mercado mundial de forma mais segura e com um peso maior nas discussões que ocorrem nos órgãos internacionais.

Observando ainda essa relação do ponto de vista político, vemos também muitos ganhos para a integração, visto que a Venezuela é, ao mesmo tempo, um país amazônico, andino e caribenho, ou seja, tem canais de diálogo com as mais variadas partes do grande território latino-americano. Essa particularidade é imprescindível para que se criem canais de conversação para a integração, essas ligações facilitariam uma maior penetração nessas áreas da sub-região, a importância de ter um parceiro com esse potencial é imprescindível ao MERCOSUL e para a região também, pois, somando esse canal de diálogo com o potencial econômico que o bloco terá com a entrada venezuelana será possível trabalhar as assimetrias da região, como já é feito com os parceiros menores do bloco, Paraguai e Uruguai.

Olhando do ponto de vista da integração na América do Sul, o papel venezuelano aumenta ainda mais, pois ao entrar no Mercado Comum do Sul, ela deixa o bloco com um enorme potencial integrador na região sul-americana. Olhando esse quadro, percebemos que os três maiores produtos internos brutos da região – Brasil, Argentina e Venezuela respectivamente - estão no bloco. E cada um deles tem uma projeção política reconhecida, inclusive, no seio de grupos sub-regionais, tais como: MERCOSUL, e a Organização de Cooperação Amazônica ou a Aliança Bolivariana Para as Américas (ALBA). Não é à-toa que tem ocorrido, trimestralmente, reuniões entre os três presidentes destes países. A manutenção de uma base de integração desses países cria um ciclo virtuoso a partir do constante diálogo entre Brasília, Caracas e Buenos Aires, e isso é um ganho importantíssimo para criar condições que promovam o projeto da UNASUL. Para citar um exemplo dessa abertura de diálogo com outros países na região, basta citar Equador e Bolívia que fazem parte da Aliança Bolivariana para as Américas e que, com a entrada da Venezuela no MERCOSUL, as chances de os dois seguirem o mesmo caminho são grandes.

Assim sendo, as potencialidades envolvidas em uma possível efetivação da Venezuela como membro pleno do MERCOSUL – sua aprovação já foi conseguida nos congressos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai, restando apenas o Paraguai – são incontestes. Da mesma forma, o potencial de crescimento para o bloco são perspectivas ainda mais animadoras, com investimentos em infraestrutura, parque energético – sobretudo no que se refere às hidroelétricas e ao petróleo – e investimentos em áreas da ciência e tecnologia, as possibilidades de crescimento do bloco são enormes. Com a envergadura que o bloco já possuirá de maneira imediata com a entrada venezuelana, já é possível uma maior pujança dentro do grupo. Se as potencialidades e a complementaridades alcançarem os prognósticos esperados, teremos um verdadeiro eixo de integração.

Em contrapartida, a Colômbia é um grande entrave para a integração regional, sua situação de conflito interno tem se espalhado para países vizinhos – principalmente Bolívia e Peru – e tem causado diversos problemas de fronteira com os seus vizinhos. Tais acontecimentos têm afastado a Colômbia da esfera regional.

Por ser ligada aos EUA, desde os seus primórdios, como nação e atualmente os norte-americanos consumirem cerca de 50% da sua produção, os colombianos estão interligados aos americanos de uma maneira tal que para um bloco da sub-região conseguir demanda suficiente para essa oferta, ainda levaria alguns anos para que ele pudesse crescer a ponto de isso ser possível.

Não bastando essa dependência econômica, há ainda a questão das guerrilhas insurgentes. A mais forte atuante delas são as FARC, e os grupos paramilitares, que são as AUC, que colocam o país sob uma ameaça ao Estado democrático de direito – embora remota seja a vitória da guerrilha, a vitória total do governo sobre os insurgentes também não foi possível e todos os prognósticos que demarcavam tempo afirmando a vitória sobre a guerrilha não se comprovaram – e tal situação vem tendo um efeito corrosivo no tecido social.

Outro desdobramento dessa situação de crise na Colômbia é a presença militar norte-americana no seu território, com tropas e aparato aéreo – diversas bases aéreas que têm um vetor de ação que cobre bem mais que o território colombiano – o que causa certo desconforto para os outros países da região, pois ter presença militar com amplo apoio logístico próximo ao seu território nunca é interessante, e principalmente para os outros países da região que também enfrentam problemas com o narcotráfico – não com guerrilha – que acabam temendo terem a mesma classificação que a Colômbia e sofrer pressões para

receberem as tropas americanas em seu território sob a ameaça de retaliações econômicas, como foi no caso colombiano.

O Brasil, em relação à Venezuela, vai conseguir encontrar um eixo integrador para a região, e uma das suas primeiras medidas tem que ser a resolução dessa problemática na Colômbia, pois, embora ela não seja uma ameaça à soberania brasileira ou à soberania venezuelana, acaba sendo um grande imbróglio para a integração na região, afinal, a presença militar dos norte-americanos – seja do ponto de vista positivo ou negativo – no território colombiano, não deixa de ser uma forma de influência dos EUA na região andina.

É nesse contexto que um fórum com a formatação da UNASUL – uma “arena” para negociações pragmáticas entre os países sul-americanos que visa à integração na região – ganha força para negociar esses impasses pontuais. E, por conseguinte, o fórum em si começa a ser pensado como alternativa de integração e, a partir disso, o bloco é visto como uma alternativa para enfrentar os problemas de inserção na economia internacional.

No âmbito da UNASUL, os objetivos são, internamente, explorar plenamente as sinergias e oportunidades potenciais, e, no plano externo, fortalecer possibilidades e o peso político da região diante das questões mundiais, num mundo que é pautado pela multipolaridade, é necessário que os países saibam as suas responsabilidades dentro desse processo. É inegável que países como Brasil, Argentina e Venezuela têm um papel mais importante a desempenhar dentro desse processo. Nesse sentido, perceber que o papel desses países no mundo no médio e longo prazo é primário em relação a concepções mercantilistas imediatistas acerca da integração. Desse modo, a UNASUL tem que ser vista como uma plataforma em construção, que dá a possibilidade de uma maior projeção de todos os seus membros e proteção das investidas do capital financeiro. E deve-se ter a abertura de mercados, da integração produtiva, da criação da paz, da integração social, dentre outros aspectos, como benefícios distribuídos de maneira igual entre os membros.

Em suma, a busca pela integração regional via UNASUL ou por outras vias, é um processo que deve ser construído em conjunto, pois só desse modo o bloco pode lograr êxito. Esse comprometimento é imprescindível para que não se faça uma união visando apenas as vantagens econômicas imediatas e o bloco não entre em colapso, como no caso da União Europeia atualmente. Nesse sentido, para visualizarmos como um processo de integração se processa no mundo atual, retomo uma indagação que fiz na parte teórica deste trabalho: *Por que utilizar a teoria realista (onde cada Estado busca o seu benefício próprio acima de tudo)*

para analisar a integração? Para o realismo político, um Estado busca, acima de tudo, a sua sobrevivência e acordos que lhe tragam benefícios. A competitividade e a presença de grandes blocos econômicos – basta observarmos disparidades apresentadas nos gráficos desta pesquisa – torna as economias menores alvos fáceis diante desse poderio. É importante observar, nesse âmbito, qual o sentido da busca por uma integração. No caso bilateral entre Brasil e Venezuela, são nítidas as vantagens conseguidas com a aproximação, a complementaridade entre eles é algo que vem a somar nas suas economias. Já nas relações com a Colômbia, os benefícios que poderiam ser conseguidos em uma integração já existem na sua relação com os EUA, logo para ela perder a entrada no mercado consumidor norte-americano não traz nenhum benefício. Percebemos assim que, na busca de seus interesses, os países em questão tomam as suas decisões sem deixar de considerar possíveis vantagens econômicas. Nesse sentido, a integração, quando percebida por esses atores como um meio de garantir mercados, complementaridades estruturais e outros ganhos, será buscada para o seu próprio desenvolvimento. Assim sendo, os processos de integração que existem, e os que estão se formando ao redor do globo, existem para buscar benefícios mútuos e, quando não mais existirem tais benefícios, a integração deixa de existir ou sofrer reformas.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Izaías. **Venezuela: povo e Forças Armadas**. São Paulo: Caros Amigos, 2007.
- ARIECHE, Mariana Abi-Saab. “Entre a Integração política e a politização: a adesão da Venezuela ao MERCOSUL”. **Cadernos de Relações Internacionais**. V.2, n.1 p.75-106, 2009. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12860/12860.PDF>> Acesso em 14 de Jun. de 2011.
- Banco Mundial. **Dados Indicadores**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD>> Acesso em 20 de set. de 2011.
- BEDIN, Gilmar Antônio, *et al.* **Paradigmas das relações internacionais: realismo-idealismo – dependência – interdependência**. 2. ed. rev. Ijuí: Unijuí, 2004.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. “Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 15-68.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 495- 519.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do presidente da república**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a01v44n1.pdf>> Acesso em 12 de Mar. de 2011.
- CARR, Edward Hallett. **Vinte Anos de Crise: 1919 – 1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado.
- CASTRO, André Dunham. **Crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.
- CERVO, Amado Luiz. “A política exterior da Venezuela”. *In*: ARAÚJO, Heloísa Vilhena. (Org). **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de pesquisa de relações internacionais, 2004, p. 51-79.
- CERVO, Amado Luiz. “A Venezuela e os seus vizinhos”. *In*: **Cena Internacional**. n.1, , 2001, p. 5-24. Disponível em: <http://www.mundorama.info/Mundorama/Cena_Internacional_files/Cena_2001_1.pdf> Acesso em 14 de Jun. de 2011.
- COUTO, Leandro Freitas. “O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 50, n.1, , 2007, p. 159-176. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n1/a09v50n1.pdf>> Acesso em 14 de Jun. de 2011.
- DREGER, Fabrício Brugali. **Integração na América do Sul: Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano**. 2009. 102p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LEONGÓMEZ, Eduardo Pizarro. **Uma democracia sitiada: balanço e perspectivas do conflito armado na Colômbia**. Rio de Janeiro: biblioteca do exercito, 2006; tradução de Alfredo Rubinato Rodrigues de Sousa.

LESSA, Antônio Carlos. “A Venezuela e a integração Regional”. *In*: ARAÚJO, Heloísa Vilhena. (Org). **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de pesquisa de relações internacionais, 2004, p. 151-168.

NOGUEIRA, Jorge Madeira; PESOA, Rosália Raquel. “Venezuela: economia, relações externas e integração continental”. *In*: ARAÚJO, Heloísa Vilhena. (Org). **Os países da comunidade andina**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Instituto de pesquisa de relações internacionais, 2004, p. 101-121.

PREBISCH, Raúl. “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”. *In*: BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record. 2000, p. 71 - 136.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. “A América do Sul no discurso diplomático brasileiro”. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v.48, n.2, , 2005, p. 185-204. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>> Acesso em 14 de Jun. de 2011.

SENNES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre de Freitas. “Avaliação do Potencial Econômico da Relação Brasil–Venezuela”. **Papéis Legislativos**. n. 5, 2007, p. 1-43. Disponível em: <<http://www.jubileubrasil.org.br/integracao-dos-povos/alca/Estudo%20sobre%20o%20papel%20legislativo%20entre%20Brasil%20e%20VenVenezu%202007.pdf>> Acesso em 12 de Jun. de 2011.

SILVA, André Luiz Reis da. **A América do Sul na política externa do governo Fernando Henrique Cardoso: um legado para o governo lula?** Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo3169.pdf>> Acesso em 14 de Jun. de 2011.

TEIXEIRA JUNIOR, Augusto Wagner Menezes; NOBRE, Fábio Rodrigo Ferreira. “Plano Colômbia: Implicações para o Brasil”. **Tensões Mundiais**. Fortaleza: v.6, n.10, jan/jun. 2010, p. 265-285.

VIGEVANI, Tullo. “História da Integração Latino-Americana: MERCOSUL e questões subnacionais”. *In*: WANDERLEY, Luís Eduardo; VIGEVANI, Tullo, (Org) **Governos subnacionais e Sociedade civil: integração regional e Mercosul**. São Paulo: EDUC; Fundação editora da UNESP; FAPESP, 2005 p. 25-130.